

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Relevância/Utilidade da informação financeira para os bancos no momento da tomada de decisão relativa ao financiamento de empresas portuguesas

Rafael Gomes Carvalho

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Professor Doutor Nuno Duarte da Silva Magro, Professor Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento de Contabilidade

Novembro 2021



BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Contabilidade

Relevância/Utilidade da informação financeira para os bancos no momento da tomada de decisão relativa ao financiamento de empresas portuguesas

Rafael Gomes Carvalho

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Professor Doutor Nuno Duarte da Silva Magro, Professor Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento de Contabilidade

Novembro 2021

Agradecimentos

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao professor Nuno Duarte Magro, por ter aceite trabalhar comigo na elaboração desta dissertação, apresentando sempre disponibilidade e dedicação durante todo o processo de elaboração deste estudo. Para além disso, também agradeço por todas as orientações e conselhos, dando sempre constante *feedback* para me ajudar a melhorar o trabalho desenvolvido.

Em seguida, agradeço aos colaboradores dos cinco bancos que apresentaram disponibilidade para me divulgarem as informações pretendidas e por sempre se mostrarem disponíveis na ajuda em possíveis dúvidas e constrangimentos que poderia encontrar.

Para além disso, um agradecimento especial à minha família e amigos por todo o incentivo, apoio e motivação constantes.

A todos, um muito obrigado por tudo.

Resumo

Esta dissertação tem como finalidade perceber a informação financeira que os credores, mais especificamente os bancos, procuram encontrar nos relatórios financeiros das empresas quando procedem à análise de um projeto de investimento das mesmas. Assim sendo, procura-se perceber, por um lado, que tipo de informação, financeira ou não financeira, é considerada relevante e, por outro lado, qual a visão dos bancos em relação à exigência que o Normativo Contabilístico Português, o SNC, apresenta relativamente à informação presente nas Demonstrações Financeiras.

Este tema apresenta grande relevância na atualidade, pois é uma forma de elucidar as empresas em Portugal sobre a importância da apresentação dos diversos relatórios financeiros exigidos pelos bancos em Portugal, e para conseguirem compreender as principais razões pelas quais, por vezes, não conseguem obter financiamento juntos dos bancos.

Na fase inicial, foi elaborado um processo de investigação sobre documentação relativa à relevância/utilidade da informação financeira presente nos relatórios financeiros das empresas, de forma a encontrar possíveis desacordos entre os diversos autores e conseguir elaborar questões de investigação que guiassem todo o processo de recolha de informação junto dos bancos portugueses.

Posteriormente, foram elaboradas entrevistas a colaboradores de cinco bancos portugueses para obter evidência sobre as suas práticas relativamente aos relatórios/documentos que estes analisam e consideram relevantes no momento da tomada de decisão relativa ao financiamento das empresas.

Palavras Chave

Relevância/Utilidade; Informação Financeira; Relatórios Financeiros; Credores (Bancos)

Abstract

This thesis aims to understand the financial information the creditors, more specifically the banks, try to find in the financial reports from the companies when they carry out the analysis of a project of investment on their part. Therefore, we aim to understand if, on the one hand, the type of information, financial or not financial, is considered relevant, and on the other hand, what is the view the banks have compared to the demands that the Portuguese Accounting Standard, the SNC, presents in relation to the information present in the Financial Statements.

This topic is of great relevance today, as it is a way to educate the companies in Portugal about the importance of presenting the various financial reports required by the banks in Portugal, and to understand the main reasons they sometimes fail to obtain financing from the banks.

In the initial phase, an investigation process was elaborated about the documentation relative to the relevance/usefulness of the financial information present in the companies' financial reports, in order to find possible disagreements between the different authors and to elaborate research questions that would guide the entire collection process with the Portuguese Banks.

Subsequently, interviews were carried out with Portuguese banks to obtain evidence on their practices in relation to the reports/documents that they analyze and consider relevant at the time of decision-making regarding the financing of companies.

Key- Words

Relevance\Usefulness; Financial Information; Financial Reports;Creditors (Banks)

Índice

1. Introdução	1
2. Revisão de Literatura	5
3. Metodologia e Métodos de Investigação	17
4. Estudo Empírico.....	25
4.1 Instituição Financeira A.....	25
4.2 Instituição Financeira B.....	26
4.3 Instituição Financeira C.....	27
4.4 Instituição Financeira D.....	27
4.5 Instituição Financeira E.....	28
4.6 Perfil dos colaboradores entrevistados	30
4.7 Análise dos Resultados.....	30
4.7.1 Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?	30
4.7.2 Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?	32
4.7.3 Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?	34
4.7.4 A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?	35
4.7.5 As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?.....	36
4.7.6 Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?	38
4.7.7 As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?	41
4.7.8 Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?	42
4.7.9 Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento?.....	43
4.7.10 Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?	44
4.7.11 Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras? ..	45

4.7.12 As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?.....	47
4.8 Conclusões dos Resultados Analisados.....	48
5. Conclusão e Limitações	50
6. Bibliografia	52
7. Anexos	56

Índice de Figuras

Figura 4.1 - Participações Financeiras da Instituição Financeira D noutras empresas ...	28
Figura 4.2 - Valores Organizacionais da Instituição Financeira E.....	29

Índice de Gráficos

Gráfico 4.1 - Análise da Pergunta 1 - DF's mais relevantes.....	31
Gráfico 4.2 - Análise da Pergunta 1 - DF's menos relevantes.....	32
Gráfico 4.3 - Análise da Pergunta 2 - Informação mais relevante em cada DF.....	34
Gráfico 4.4 - Análise da Pergunta 4 - Modo de preparação da informação financeira.....	36
Gráfico 4.5 - Análise da Pergunta 5 - Relevância das Anexos	37
Gráfico 4.6 - Análise da Pergunta 6 - Relatórios Financeiros Relevantes	40
Gráfico 4.7 - Análise da Pergunta 7 - Relevância da Informação Não Financeira	41
Gráfico 4.8 - Análise da Pergunta 8 - Processo de análise da informação.....	42
Gráfico 4.9 - Análise da Pergunta 9 - Informação Financeira Crítica.....	44
Gráfico 4.10 - Análise da Pergunta 11 - Nível de exigência do Normativo Contabilístico Português.....	46
Gráfico 4.11 - Análise da Pergunta 12 - Cumprimento do Normativo Contabilístico por parte das empresas portuguesas.....	48

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 - Calendarização das entrevistas aos bancos portugueses	18
--	----

Glossário de Siglas

DF	Demonstração Financeira
DF's	Demonstrações Financeiras
IES	Informação Empresarial Simplificada
PMP	Prazo Médio de Pagamento
DR	Demonstração dos Resultados
SS	Segurança Social
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
SNC	Sistema de Normalização Contabilística

1. Introdução

A informação financeira é relevante para diferentes partes interessadas, incluindo potenciais investidores, credores, fornecedores e clientes. Estes *stakeholders* usam esta informação financeira para atender a algumas necessidades diferentes de informação (Gencia *et al.*, 2016).

Os relatórios financeiros são o principal objeto de estudo e análise por parte dos bancos no momento da tomada de decisão sobre o financiamento das empresas. Posto isto, os relatórios financeiros são elaborados com o principal objetivo de fornecer informações que auxiliarão os utilizadores externos na sua tomada de decisão, devendo a informação financeira contida nesses relatórios ser relevante, confiável, comparável, oportuna e compreensível (Attia *et al.*, 2019).

Assim sendo, este estudo pretende dar a conhecer a importância da divulgação de informação financeira relevante para as empresas caso estas pretendem obter um financiamento, sendo que quando uma empresa apresenta informações contabilísticas de maior qualidade aumenta a eficiência do investimento na mesma, reduzindo as assimetrias de informação entre gerentes e fornecedores externos de capital (Biddle & Hillary, 2006). Para além disso, também se pretende identificar os principais erros que as empresas costumam cometer, de forma a conseguirem minimizá-los e aumentar a possibilidade de obtenção de financiamento por parte dos bancos/instituições de crédito.

A principal motivação pessoal para a realização deste tema foi a tentativa de perceber todo o processo de análise dos projetos de investimento das empresas por parte dos bancos, tomar conhecimento da relevância da informação e relatórios financeiros para os bancos e, por último, tentar identificar os principais problemas das empresas no que diz respeito à não obtenção de financiamento.

Assim sendo, esta dissertação tem como principal objetivo tentar perceber, por um lado, que tipo de informação financeira, ou não financeira, leva os bancos a conceder empréstimos às empresas portuguesas e, por outro lado, na visão do investidor, qual a razão explicativa pela qual as entidades, por vezes, têm dificuldade em consegui-lo. Posto isto, foram definidas as seguintes questões de investigação, e respetivas perguntas, que guiarão todo o processo de obtenção de informação junto dos bancos portugueses:

Questão de Investigação 1: Que informação financeira é considerada relevante para os bancos no momento da tomada de decisão relativa ao financiamento de empresas?

- Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?
- Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

- Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?
- A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?
- As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Questão de Investigação 2: Existe informação, para além da informação financeira, considerada especialmente relevante pelos bancos para a tomada de decisão relativa ao financiamento de empresas?

- Que outro tipo de relatórios/documentos, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?
- As informações não financeiras também são consideradas relevantes?

Questão de Investigação 3: A informação (financeira e não financeira) divulgada (ou não divulgada) pode determinar, *a priori*, a não concessão de um financiamento a uma empresa?

- Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?
- Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento?
- Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

Questão de Investigação 4: O Normativo Contabilístico é adequado em matéria das Demonstrações Financeiras e respetivas divulgações? (Ou seja, se é suficiente ou sentem que existe a necessidade de mais informação)

- Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?
- As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

Estas questões de investigação surgem através de *gaps* de informação presentes na revisão de literatura, pois ao longo de todo o processo de investigação apenas foi referida, diversas vezes, a importância da apresentação de informações financeiras relevantes quando se pretende obter financiamento. No entanto, os dados relativos ao tipo de informação que deve estar presente nos mesmos não foram suficientes para se conseguir perceber de forma clara e objetiva qual a informação que os bancos procuram encontrar no momento da análise dos projetos de investimento das empresas. Assim sendo, estas questões de investigação têm como principal objetivo identificar esse tipo de informação.

Relativamente à estrutura desta dissertação, de forma a que se consiga explicar da forma mais explícita possível o tema em questão, será composta por 7 capítulos. O presente capítulo é referente à Introdução, onde é apresentada uma contextualização e definição do problema de investigação, bem como a clarificação da relevância do estudo. De seguida, a Revisão de Literatura, onde se precedeu à análise de artigos científicos relacionados com o tema, com o objetivo de identificar possíveis *gaps* de informação na literatura defendida pelos diversos autores e, assim, formular questões de investigação relevantes para o estudo. O terceiro capítulo descreve e justifica o método e a metodologia presentes na dissertação e as respetivas técnicas de investigação. O quarto capítulo evidenciará o contributo dos profissionais dos diferentes bancos portugueses, a Instituição Financeira A, a Instituição Financeira B, a Instituição Financeira C, a Instituição Financeira D e a Instituição Financeira E relativamente ao tema em questão. O capítulo 5 diz respeito às conclusões que se consegue obter através da análise da informação, bem como possíveis recomendações e limitações encontradas. Por fim, será elaborada o capítulo 6 que apresentará as referências bibliográficas que auxiliaram a elaboração desta dissertação.

2. Revisão de Literatura

Os relatórios financeiros das empresas, segundo a estrutura conceptual dos IASB, têm como principal objetivo fornecer informações financeiras de relato sobre a entidade, que sejam relevantes para a tomada de decisão por parte dos investidores (existentes e potenciais) e credores relativa ao fornecimento de recursos para a entidade, sendo que essas decisões irão depender do retorno esperado dos mesmos, ou seja, através do pagamento de dividendos, pagamento do capital mais juros, ou então aumento dos preços de mercado das empresas (IFRS, 2021). Assim sendo, é evidenciado na estrutura conceptual do IASB que, para poderem tomar essa decisão, os investidores e credores necessitam de informação, financeira e não financeira, para conseguirem proceder a essas avaliações. Assim sendo, surge então a necessidade de perceber que tipo de informação vai ajudar os credores a tomar essa decisão (IFRS, 2021). Também é referido na estrutura conceptual do IASB que apenas se considera relevante uma informação se esta tiver influência nas decisões dos utilizadores (IFRS, 2021).

Um dos principais objetivos dos relatórios financeiros é fornecer informações que auxiliarão os utilizadores externos na sua tomada de decisão, devendo a informação financeira contida nesses relatórios ser relevante, confiável, comparável, oportuna e compreensível (Attia *et al.*, 2019). Assim sendo, e visto que os empréstimos dos bancos são a principal fonte de financiamento externo das empresas (Bigus & Hillebrand, 2016), é fundamental as empresas compreenderem que tipo de informação financeira devem divulgar, de forma a que consigam obter financiamento de um dos principais utilizadores externos dos relatórios financeiros, os bancos.

Segundo Bigus e Hillebrand (2016), a qualidade dos relatórios financeiros das empresas é diversamente proporcional aos relacionamentos bancários que apresenta, ou seja, a qualidade dos relatórios diminui à medida que o número de relações bancárias que a empresa apresenta também diminui. Assim sendo, e de forma a comprovar que tal acontece, empresas com relações com apenas um banco divulgam os seus relatórios financeiros, em média, 14 dias mais tarde do que outras empresas com um maior número de relações bancárias (Bigus & Hillebrand, 2016). Outra evidência é o facto de que empresas com relações com apenas um banco apresentam relatórios financeiros com cerca de menos 211 palavras do que outras empresas privadas, que é cerca de 8% do valor médio de palavras que os relatórios costumam apresentar bancárias (Bigus & Hillebrand, 2016). Segundo estes autores, os bancos e as empresas estabelecem um contrato intertemporal entre elas, onde se assume que o banco pode adquirir informações privadas sobre a empresa, daí a necessidade das mesmas apresentarem relatórios

financeiros fiáveis e de qualidade, pois ao permitirem aos bancos o acesso a informações privadas da empresa, estes têm acesso a informações como o risco de crédito da empresa ao longo do tempo. Posto isto, relatórios financeiros de baixa qualidade, ou seja, opacos e não transparentes, poderão induzir em decisões de investimento ineficientes e caras (Bigus & Hillebrand, 2016).

Segundo Lungu e Baluna (2021), existe um vasto leque de vantagens que as empresas podem beneficiar através da implementação de relatórios contabilísticos financeiros, como por exemplo:

- Aumento da qualidade da informação;
- Flexibilidade da informação;
- Destacar problemas correntes e ineficiências, havendo a possibilidade de os prevenir no futuro;
- Aumentar a comunicação e conexão entre os trabalhadores das empresas;
- Redução do risco de erro;
- Rápida e eficiente circulação de informação;
- Aumento de informação disponível no processo de tomada de decisão;
- Informação atualizada.

Assim sendo, segundo um estudo realizado por Roychowdhury *et al.* (2019), os relatórios financeiros podem, por um lado, melhorar as decisões de financiamento ao reduzir a assimetria de informação entre os gestores e os investidores e, por outro lado, pode afetar as decisões de financiamento alterando os custos de risco moral decorrentes de conflitos entre várias partes interessadas na empresa. O risco moral encontra-se diretamente relacionado com a informação assimétrica, onde uma determinada parte interessada na empresa possui mais informações ou informação mais viáveis do que a outra., sendo que caso este risco não seja tido em conta por parte das empresas, podem ser gerados custos para a mesma, podendo até prejudicar a faturação da empresa (Mais Retorno, 2021).

A compreensão das razões pelas quais uma empresa consegue ou não a obtenção de um empréstimo por parte dos bancos é uma assunto fundamental para as empresas atuais sendo que, através da análise de artigos académicos, foi possível concluir que as demonstrações/relatórios financeiros continuam a ser a fonte de informação mais importante para as decisões de concessão de empréstimos por parte dos investidores (Trpeska *et al.*, 2017), informação financeira essa que, em termos de utilidade, apresenta duas vertentes. Por um lado, ajuda a reduzir a assimetria/incoerência de informações e, conseqüentemente, aumenta a

eficiência dos investimentos ou, por outro lado, fornece aos investidores um incentivo para realizarem investimentos que poderão revelar-se como potencialmente insuficientes para atender às necessidades dos relatórios apresentados (Roychowdhury *et al.*, 2019), daí a necessidade de apresentar relatórios financeiros fiáveis e completos para garantir que este tipo de situações não aconteça.

Posto isto, é necessário compreender que tipo de análise é efetuada pelos bancos no momento da leitura da informação financeira divulgada pelas empresas. Assim sendo, segundo Bean e Irvine (2015), os bancos utilizam a informação divulgada pelas empresas para conseguirem tirar conclusões preliminares acerca da competência e sofisticação das estratégias de risco e administração das empresas. Ou seja, os números apresentados pelas empresas podem significar pouco, ou mesmo nada, se não tiverem um conjunto de informações para os suportar e explicar. Para além disso, os bancos também utilizam a informação divulgada de forma a encontrar instrumentos ou informações que sejam inconsistentes comparativamente com outras empresas do mesmo setor (Bean & Irvine, 2015). Bean e Irvine (2015) realizaram um estudo acerca da preparação da informação financeira presente nos relatórios financeiros, sendo que esta embora seja útil até certo ponto, têm tendência a ser preparada de forma genérica, focando-se apenas em informações relativas ao final do ano, sendo que essas informações podem não ser representativas das transações que ocorreram durante o ano, e não realçando qualquer evidência das práticas de risco e gestão de risco, que se assumem altamente fundamentais no momento da tomada de decisão de investimento por parte dos bancos (Bean & Irvine, 2015).

Assim sendo, os bancos sugerem que os preparadores da informação financeira, de forma a aumentar a relevância e utilidade da informação financeira divulgada, divulguem informação menos genérica e mais específica de cada empresa. De forma a fazer com que as empresas melhorem a qualidade da informação que divulgam, é útil identificar possíveis fontes de informação provenientes de demonstrações financeiras divulgadas por empresas de auditoria (Bean & Irvine, 2015). Para além disso também é importante identificar algumas fontes de resistência, pois caso exista resistência em divulgar algum tipo de informação, esta pode ser interpretada como uma informação confidencial da empresa (Bean & Irvine, 2015).

De forma a que a informação financeira apresentada nos relatórios financeiros das empresas seja considerada relevante e, conseqüentemente, leve os bancos a financiarem a empresa, segundo uma pesquisa efetuada por Lawrence (2013), é necessário que esta seja clara e concisa, pois a garantia de retorno do financiamento efetuado aumenta quando esta situação acontece. Para além disso, estudos analíticos também evidenciam que empresas opacas, ou seja, com informação financeira não clara ou difícil de perceber e interpretar, são mais arriscadas para

investidores desinformados, levando a uma diminuição da concessão de crédito por parte dos investidores quando esta realidade se verifica (Lawrence, 2013). Segundo este autor, é fundamental que os relatórios financeiros apresentados pelas empresas não sejam pouco legíveis e excessivamente longos, pois quando isso acontece existe uma tendência para que estes sejam menos transparentes e de menor qualidade.

As informações contabilísticas fornecidas pelas entidades devem atender ao fator qualitativo, de forma a que a decisão de investimento na mesma seja eficaz, pois os utilizadores externos das informações financeiras das empresas são influenciados com base nas suas demonstrações financeiras anuais. Se as informações financeiras forem comunicadas de maneira ineficiente, as consequências podem ser desagradáveis (Lungu & Baluna, 2021). Por exemplo, os investidores podem ignorar informações importantes, levando à perda de oportunidades de investimento, ou então situações em que as relações entre informações diferentes não são bem estruturadas nos relatórios financeiros. Assim sendo, comunicação de qualidade entre empresas e investidores pode motivá-los a agirem de forma eficaz e com baixo custo (Lungu & Baluna, 2021). Os participantes do mercado, proprietários, investidores e credores precisam de informações concretas sobre quaisquer acontecimentos que possam afetar os negócios e o valor de um investimento, de forma a conseguirem tomar decisões de investimento o mais eficiente possíveis (Lungu & Baluna, 2021).

A informação financeira é relevante para diferentes partes interessadas, ou seja potenciais investidores (bancos), credores, fornecedores e clientes. Estes *stakeholders* usam esta informação financeira para atender a algumas necessidades diferentes de informação (Gencia *et al.*, 2016). Segundo estes autores a informação financeira é a fonte básica de inteligência que afeta o comportamento dos utilizadores (internos e externos) quando se trata de uma entidade económica.

De forma a realçar ainda mais o papel essencial da qualidade da informação financeira divulgada pelas empresas, foi realizado um estudo por Daverne *et al.* (2019), que referia que as informações financeiras presentes nas demonstrações financeiras têm um papel confirmatório relativamente à avaliação de desempenho da empresa por parte dos investidores, sendo que a base histórica da empresa fornece uma evidência inicial que irá auxiliar os investidores no momento da criação de modelos de investimento. Com isto, pode concluir-se que as demonstrações financeiras são consideradas uma base necessária, mas não suficiente, para se conseguir prever o futuro desempenho de uma entidade (Daverne *et al.*, 2019), daí a necessidade de apresentar informação útil e relevante na preparação das demonstrações financeiras/relatórios financeiros.

Segundo um estudo realizado por Cai *et al.* (2020), a demonstração de resultados seguida de perto pelo balanço são as duas componentes com maior utilidade das demonstrações financeiras para os utilizadores externos. A demonstração dos fluxos de caixa é classificada a seguir, seguido pelas Notas. Este estudo tem como objetivo comparar a utilidade dos relatórios financeiros para a tomada de decisão de utilizadores privados e públicos, sendo que ambos os tipos de utilizadores, caracterizam as demonstrações financeiras como a fonte de informação mais importante para a tomada de decisão (Cai *et al.*, 2020). Estes autores também defendem que a demonstração dos fluxos de caixa é uma ajuda fundamental para os utilizadores conseguirem perceber e avaliar a liquidez, solvência e flexibilidade financeira. No entanto, estas informações não se revelam mais importantes que os níveis de lucro e perspectivas futuras que podem ser compreendidos através da análise da demonstração de resultados e do Balanço (Cai *et al.*, 2020).

Ambos os utilizadores classificam as demonstrações financeiras como as principais fontes de informação para as tomadas de decisão, sendo que os privados atribuem uma maior importância do que os públicos (Cai *et al.*, 2020). Relativamente a informação suplementar, ambos os utilizadores indicam que têm interesse em que as empresas apresentem outras informações adicionais que não estão presentes nas demonstrações financeiras como, por exemplo, o negócio da empresa, informação sobre o desempenho e a posição financeira da entidade, estratégias de negócio e perspectivas para os projetos financeiros futuros e também outras informações financeiras resumidas (Cai *et al.*, 2020).

De forma a complementar esta ideia, segundo um estudo realizado por Henderson (2019), uma das maneiras de aumentar a qualidade e relevância dos relatórios financeiros apresentados pelas empresas é a apresentação das Notas ou Anexos, dependendo do normativo contabilístico apresentado pela empresa, de forma clara e completa. Isto porque, esta parte integrante das demonstrações financeiras das empresas fornece informações adicionais relevantes sobre o desempenho e posição financeira das empresas (Henderson, 2019). Contudo, é preciso ter em conta a não apresentação de informação excessiva, de forma a não originar uma sobrecarga de informação, pois esta não será processada pelos utilizadores e, conseqüentemente, torna-se irrelevante para os mesmos (Henderson, 2019). Com isto, as razões pelas quais os utilizadores não analisam as Notas ou Anexos são, essencialmente, a quantidade excessiva de detalhe e a falta de compreensão da informação. Para além disso, também foi evidenciado que por vezes se faz referência a um assunto, mas que depois não é apresentada informação suficiente para o conseguir explicar (Henderson, 2019).

Posto isto, este estudo realizado por Henderson (2019) evidencia as rúbricas que são classificadas como de maior relevância para as tomadas de decisão dos utilizadores externos, incluindo os bancos. Estas são o Passivo, os Ativos de Capital e os Passivos Contingente. Contudo, itens como os Eventos Subsequentes também são considerados como relevantes, mas não tão relevantes como os anteriores. Relativamente a itens não relevantes para as tomadas de decisão dos utilizadores externos, foram identificadas informações sobre políticas contabilísticas e instrumentos financeiros (Henderson, 2019). Segundo um estudo realizado por Aboody *et al.* (2002), valores contabilísticos como o resultado líquido e dividendos têm um valor bastante relevante no momento da tomada de decisão sobre o financiamento de empresas.

Segundo um estudo realizado por Cai *et al.* (2016) sobre a utilidade/relevância das demonstrações financeiras e outras fontes de informação no processo de tomada de decisão, os utilizadores revelam que as informações presentes nas Notas/Anexos poderiam ser simplificadas, reduzidas ou até divulgadas apenas via digital (online). Para além disso, a maior parte dos investidores revela que existem outras informações que deveriam ser divulgadas como, por exemplo, a comparação entre o orçamento e os ganhos esperados, projeções futuras de rendimentos e informação acerca das margens de venda e atividade comercial da empresa (Cai *et al.*, 2016).

Também é evidenciado que os credores/investidores procuram obter informações mais detalhadas sobre os fluxos de caixa e detalhes adicionais sobre os empréstimos obtidos (termos, garantias e facilidades de crédito). De forma resumida, as sugestões por partes dos investidores são (Cai *et al.*, 2016):

- maior consistência na formatação e apresentação de dados financeiros;
- simplificação e padronização de relatórios para que os resultados sobre o desempenho possam ser facilmente comparados entre as empresas.
- maior consistência e transparência nos relatórios financeiros, bem como normalização dos lucros reportados;
- simplificação da linguagem usada nas demonstrações financeiras, relatórios e divulgações mais estruturados e consistentes entre as empresas, e melhorias na oportunidade das informações publicadas seriam acréscimos bem-vindos a requisitos de relatórios atuais.

Segundo Daverne *et al.* (2019), outro tipo de informação que se considera relevante apresentar para a tomada de decisão de financiamento são os valores dos EBITDA e do EBIT, que representam cerca de 57% e 54% do preço das ações de uma empresa, respetivamente. Para

além disso, também evidenciou a importância da informação não financeira, pois apesar de esta não envolver necessariamente critérios monetários, é possível chegar a conclusões sobre motivações de resultados insuficientes nas vendas ou então da insatisfação dos clientes, por exemplo (Daverne *et al.*, 2019). Também apontam as qualidades da organização e as necessidades de alterações na estratégia das empresas. Posto isto, a informação não financeira é considerada como um indicador fundamental do desempenho financeiro futuro das empresas, sendo que estas são consideradas em dois níveis no processo de investimento (Daverne *et al.*, 2019). Inicialmente, a informação é utilizada como uma forma de avaliar que empresas considerar na concessão de um financiamento e, posteriormente, como meio de avaliar o valor de uma empresa. Sendo assim, para ambas as fases do processo de investimento, a empresa deve apresentar elementos chave como (Daverne *et al.*, 2019):

- Governança de uma entidade - incluindo a compreensão do pessoal administrativo;
- Informações de risco - para avaliação / aversão à perda;
- Modelo e Estratégia de negócios;
- Fatores/informações da indústria e concorrência;
- Informações ambientais e sociais;
- Outras informações não financeiras, incluindo dados de vendas, percepção da marca e satisfação de clientes.

A tomada de decisão de financiamento por parte do investidor depende dos custos esperados do projeto em causa, o seu conhecimento das técnicas aprimoradas e a sua percepção do risco envolvido no projeto. Para além disso, os investidores também precisam de tomar conhecimento sobre o período de retorno do investimento para poderem decidir se farão o financiamento ou não (Harcourt *et al.*, 1967, citado por Virlics, 2013). Para uma boa decisão de financiamento, o investidor precisa de entender completa e corretamente as oportunidades possíveis, daí a necessidade de as empresas apresentarem relatórios financeiros completos e claros, de forma a satisfazer todas as necessidades dos investidores no momento da tomada de decisão.

Segundo Virlics (2013), a análise económica do investimento é fundamental para desenhar e selecionar os projetos de investimento que serão mais vantajosos para o investidor. Esta análise ajuda a determinar qual será o impacto do projeto de investimento na empresa que o realiza (no ambiente, na sociedade) e ajuda a determinar o risco e a sustentabilidade do projeto em questão. Este conhecimento do risco do projeto é fundamental para efetuar uma previsão da sustentabilidade futura do mesmo (Virlics, 2013). A análise económica dos riscos permite

identificar diferentes variáveis, baseando-se nos custos e benefícios do projeto, evidenciando fatores que poderão criar maiores riscos para o projeto de investimento. Para além disso, os investidores tomam as suas decisões de financiamento com base em experiências passadas das empresas (histórico de investimentos) e também com base na taxa de vendas esperado com o projeto (Virlics, 2013). No momento do investimento, os investidores analisam, por um lado, a taxas de lucro esperadas e, por outro lado, o custo financeiro. Com isto, se a taxa de lucro for superior ao custo financeiro pela margem necessária para cobrir o risco, o investidor toma a decisão de conceder o financiamento (Virlics, 2013).

Uma das principais preocupações dos gestores das empresas é garantir que os investidores obtenham um verdadeiro entendimento dos horizontes futuros das mesmas, de forma a atrair a confiança do mercado de capitais através da apresentação de demonstrações financeiras e informações financeiras claras e de alta qualidade (Izi *et al.*, 2020). Segundo estes autores, diferentes partes interessadas influenciam os objetivos e operações das empresas, e estas, de forma a responderem às necessidades de informação dos *stakeholders*, divulgam informação em várias dimensões e níveis. Também é defendido que a transparência da informação pode ser considerada como uma das ferramentas de responsabilização dos gestores, sendo que quanto maior a divulgação de informações de carácter económico maior a capacidade de tomada de decisões informadas (Izi *et al.*, 2020).

Segundo Izi *et al.* (2020), um dos objetivos dos relatórios financeiros é fornecer informações que permitam uma decisão racional por parte dos investidores e credores. Assim sendo, fornecer informações úteis e relevantes sobre a capacidade de influenciar as decisões financeiras dos indivíduos é um dos pontos importantes para os utilizadores das demonstrações financeiras. Para que as informações financeiras sejam úteis na tomada de decisão, os relatórios financeiros divulgados devem conter informação financeira adequada e acessíveis a todos (Izi *et al.*, 2020).

A qualidade da informação nos relatórios financeiros pode desempenhar um papel importante nos principais objetivos contabilísticos da empresa, mais especificamente no cumprimento das necessidades de informação dos investidores nos mercados de capitais (Izi *et al.*, 2020). Estes autores também defendem que as características comportamentais dos gestores das empresas também afetam a qualidade do relatório das informações financeiras.

Um dos aspetos fundamentais num processo de investimento é os investidores conseguirem perceber e analisar o nível de risco associado ao mesmo. Assim sendo, é preciso uma análise e avaliação precisa das características de risco das empresas, e devido à crescente complexidade do ambiente de investimento, começou a haver cada vez mais a necessidade de se recorrer a

serviços de consultoria financeira de melhor qualidade (Nguyen *et al.*, 2019). Sendo que a maioria dos investimentos tem associado algum nível de risco, é importante que os investimentos sejam compatíveis com os perfis de risco. O perfil de risco é normalmente um processo complexo e demorado, sendo que cada vez mais os investidores estão a recorrer a assistência a consultores financeiros para fazerem a análise do risco envolvido (Nguyen *et al.*, 2019).

Por norma uma característica de risco é avaliada medindo a tolerância ao risco do cliente, mas não a percepção de risco sendo que, segundo um estudo realizado por Nguyen *et al.* (2019), a tolerância ao risco está negativamente associada ao risco de percepção, sendo que a tolerância ao risco influencia diretamente os riscos de decisões de alocação de ativos. É, então, importante referir que a tolerância ao risco diz respeito ao grau de capacidade e disposição que um investidor tem em suportar as diferentes oscilações no valor dos investimentos (Exame., 2021). Assim sendo, é fundamental analisar o risco de tolerância e percepção do cliente para melhor se conseguir compreender os diferentes aspetos do risco associado ao investimento. É ainda importante referir que a percepção de risco financeiro pode ser definida como as crenças, atitudes, julgamentos e sentimentos dos investidores quanto aos riscos atribuídos ao produto de investimento (Nguyen *et al.*, 2019).

O Investimento é um dos determinantes essenciais do crescimento, não só para as empresas, mas também para a economia em geral. Um boa decisão de investimento só pode ser tomada tendo por base informações financeiras, que são as mais importantes no momento da tomada de decisão sobre o financiamento de determinados projetos (Rad *et al.*, 2016), sendo que essas informações devem ser relevantes e de alta qualidade. As empresas utilizam as informações financeiras para analisar o desempenho, avaliar a viabilidade do seu investimento e determinar possíveis tomadas de decisão futuras que poderão afetar o interesse de outros utilizadores externos, como os acionistas e os investidores, daí a necessidade de apresentar informação financeira relevante e de qualidade, de forma a que as empresas consigam obter financiamento para os seus investimentos (Rad *et al.*, 2016). A qualidade da informação financeira deve ser um dos *inputs* mais importantes na tomada de decisão em relação à alocação de capital, ou seja, o investimento. A qualidade da informação financeira pode ser definida como a precisão na qual as informações financeiras relatadas retratam as operações da empresa para utilizadores interessados (Rad *et al.*, 2016).

Segundo Rad *et al.* (2016), as empresas utilizam informações financeiras na tomada de decisão de investir em determinados projetos de investimento. Com isto, estas precisam de investir em projetos eficientes, ou seja, com Valor Patrimonial Líquido (VPL) positivo, de

forma a garantirem um melhor crescimento e expansão futura. Assim sendo, a informação financeira é fundamental para facilitar uma tomada de decisão bem informada e eficaz. Se uma empresa optar por não investir num projeto de investimento que apresenta um VPL positivo, então a empresa está a subinvestir, pois desistiu de investir num projeto que teria lucro futuramente (Rad *et al.*, 2016). Por outro lado, quando a empresa investe em projetos com VPL negativo, a empresa está a investir em excesso, o que significa que o nível de eficiência de investimento da empresa é relativamente baixo (Rad *et al.*, 2016).

Segundo um estudo realizado por Biddle e Hillary (2006), uma empresa que apresente informações contabilísticas de maior qualidade aumenta a eficiência do investimento na mesma, reduzindo as assimetrias de informação entre gerentes e fornecedores externos de capital, ou seja, acionistas e investidores. Relativamente à assimetria de informação, esta pode gerar restrições de liquidez (por exemplo, como os investidores racionam o seu capital de forma a se protegerem contra a seleção adversa) ou excesso de dinheiro (por exemplo, quando existe dificuldade por parte dos gerentes em monitorizar os gastos/custos). Ambas as situações geram ineficiências no processo de investimento (Biddle & Hillary, 2006). A qualidade da informação contabilística é uma característica institucional que permite aumentar a eficiência do investimento, mitigando a sensibilidade do fluxo de caixa de investimento (Biddle & Hillary, 2006).

Segundo um estudo realizado por Pawlowski (2018) sobre a utilidade dos relatórios financeiros para instrumentos financeiros do ponto de vista de investidores individuais, em geral, a maioria dos investidores afirma que a utilidade das informações presentes nos relatórios é apenas suficiente (50,2%), ou seja, não apresentam outras informações adicionais que poderão ser consideradas como relevantes (Pawlowski, 2018). Grande parte dos investidores apresenta reservas quanto às informações apresentadas neste âmbito. Os principais fatores que diminuíram a utilidade dos dados relativos aos instrumentos financeiros incluíam:

- Fraca transparência de apresentação (49,5%);
- Regras contabilísticas complexas (39,1%);
- Restrição de informação divulgada (37,9%).

Diversos investidores revelaram, neste estudo, as suas expectativas quanto à divulgação de informações adicionais sobre instrumentos financeiros. Na maioria das vezes, afirmaram que as empresas devem fornecer:

- Previsões sobre o uso de instrumentos financeiros em períodos mais longo (2 ou 3 anos) (49,6%);

- Comparações do uso previsto e real de instrumentos financeiros (43,9%);
- Os dados relativos ao valor dos lucros e perdas não realizados de transações financeiras concluídas na data específica das demonstrações financeiras (38,9%).

Com isto, é possível perceber a necessidade de introduzir uma série de modificações nos relatórios financeiros das empresas, permitindo adequar as regras de relato financeiro para instrumentos financeiros às necessidades informativas dos investidores individuais (Pawlowski, 2018).

3. Metodologia e Métodos de Investigação

A metodologia presente nesta dissertação é a metodologia qualitativa, pois o principal objetivo é analisar e perceber, com o maior detalhe possível, qual a importância da divulgação de informação financeira relevante no momento da concessão de financiamento por parte dos investidores, mais especificamente os bancos. Ou seja, é elaborada uma pesquisa qualitativa quando é necessário compreender, da forma mais profunda possível, as atitudes, comportamento e motivações dos utilizadores (Barnham, 2015). Segundo este autor, a metodologia qualitativa é a forma de obter informação a maior quantidade de informação relevante, pois é possível chegar a níveis “mais profundos” sobre a informação que se pretende obter.

Relativamente ao método de investigação, o investigador assume um papel de Visitante, pois é externo às organizações que irá entrevistar e não tem nenhum tipo de influência no fenómeno que se pretende analisar. Ou seja, a informação será obtida através de entrevistas às empresas, sendo que apenas se pretende entender as práticas e processos das empresas, não tendo qualquer influência em qualquer tipo de informação que será divulgada.

O tipo de investigação utilizada nesta dissertação foi intervencionista, pois a investigação tem como objetivo interligar a teoria com as práticas das empresas, tentando sempre compreender as razões explicativas para a utilização de determinadas práticas por parte das empresas (Westin, 2010). Assim sendo, esta dissertação apresenta este tipo de investigação, pois pretende-se estabelecer uma ligação entre a teoria relativa à relevância/utilidade da informação financeira e as práticas que os bancos portugueses apresentam no momento da análise das informações/relatórios financeiros das empresas.

Inicialmente, será efetuada uma investigação com o objetivo de recolher informação e elaborar uma revisão de literatura sobre que tipo de informação financeira é considerada relevante para os bancos no momento da concessão de financiamento às empresas, procurando obter evidências e diversas perspetivas de diferentes autores de forma a que, por um lado, se consiga perceber, da melhor forma possível, que tipo de informação financeira deve constar nos relatórios financeiros das empresas para que estas consigam obter financiamentos para os seus projetos e, por outro lado, encontrar aspetos relevantes que os autores não tenham conseguido compreender ou obter resposta e, assim, conseguir elaborar questões de investigação que guiarão a elaboração da dissertação.

De seguida, serão elaboradas entrevistas aos principais bancos portugueses, pois estas permitem a obtenção de uma maior quantidade de informação, existindo sempre a possibilidade

de as empresas divulgarem outro tipo de informações bastante relevantes que permitirão enriquecer o estudo em questão. A escolha desta técnica de investigação assenta no facto de, segundo um estudo realizado por Dowling *et al.* (2013), as entrevistas serem, na maioria das situações, o meio de compreensão mais dominante relativamente a determinadas questões. Com as entrevistas pretende-se tentar perceber que tipo de informação é habitual encontrar nos relatórios financeiros apresentados pelas empresas portuguesas e se, na visão de investidor, a informação financeira divulgada é relevante ou não. Para além disso, também se pretende perceber qual o tipo de informação que os bancos procuram encontrar nos relatórios financeiros que os leve a tomar a decisão de investir nos projetos apresentados pelas empresas. As entrevistas elaboradas serão semi-estruturadas, ou seja, apesar de serem previamente estruturadas de forma a garantir que a informação obtida seja comparável, haverá flexibilidade para ajustar a entrevista consoante o decorrer da mesma, de forma a obter o máximo de informação possível.

Tabela 3.1 - Calendarização das entrevistas aos bancos portugueses

Ordem	Data	Banco	Duração	Local
1	10/11/2021	Instituição Financeira A	32min	Via Telefónica
2	13/11/2021	Instituição Financeira B	45min	Via Telefónica
3	16/11/2021	Instituição Financeira C	30min	Via Telefónica
4	20/11/2021	Instituição Financeira D	45min	Via Zoom
5	22/11/2021	Instituição Financeira E	20min	Via Telefónica

A tabela 1 evidencia as características das entrevistas efetuadas a cada um dos bancos portugueses, sendo evidenciada a ordem pela qual as entrevistas foram realizadas e a respetiva data, duração e local da reunião. Relativamente às conclusões retiradas das entrevistas, serão apresentadas no Capítulo 5, que diz respeito à análise da informação recolhida aos bancos portugueses.

As entrevistas serão elaboradas com o objetivo de se conseguir responder a quatro questões de investigação, sendo que estas procuram saber que tipo de informação financeira ou não financeira é considerada relevante para os bancos no momento da tomada de decisão relativa ao financiamento das empresas e se o normativo contabilístico português é adequado ou se deveria ser mais exigente relativa à informação financeira que deveria ser divulgada pelas empresas portuguesas. As questões de investigação são, então, as seguintes:

Q1: Que informação financeira é considerada relevante para os bancos no momento da tomada de decisão relativa ao financiamento de empresas?

A primeira questão de investigação é relevante devido ao facto de, durante todo o processo de investigação, terem sido encontradas diversos artigos científicos que referiam a importância dos relatórios financeiros e das características das informações financeiras para os bancos no momento da concessão de financiamentos das empresas. Ou seja, através de um estudo realizado por Trpeska *et al.* (2017), foi possível concluir que as demonstrações/relatórios financeiros continuam a ser a fonte de informação mais importante para as decisões de concessão de empréstimos por parte dos investidores. No entanto, não foi referido de forma clara e eficiente que tipo de informação apresenta maior relevância e que os bancos procuram encontrar quando procedem à análise dos relatórios das empresas. Para além disso, de forma a realçar ainda mais a relevância dos relatórios financeiros, segundo um estudo realizado por Roychowdhury *et al.* (2019), é evidenciado que por um lado, estes ajudam a reduzir a assimetria/incoerência de informações e, conseqüentemente, aumentam a eficiência dos investimentos ou, por outro lado, fornece aos investidores um incentivo para realizarem investimentos que poderão revelar-se como potencialmente insuficientes para atender às necessidades dos relatórios apresentados. Com isto, é possível verificar que são vários os autores que defendem a relevância dos relatórios financeiros das empresas, sendo também fundamental tentar perceber que tipo de informação deve estar lá presente de forma a que as empresas consigam obter financiamento por parte dos bancos .

Q2: Existe informação, para além da informação financeira, considerada especialmente relevante pelos bancos para a tomada de decisão relativa ao financiamento de empresas?

Relativamente à segunda questão de investigação, procura-se perceber que tipo de informação, para além da informação financeira, é considerada como relevante e fundamental as entidades apresentarem, de forma a aumentarem a sua possibilidade de obterem financiamento para os seus projetos de investimento. Isto porque, ao longo da revisão de literatura foram evidenciadas as vantagens e importância da divulgação de informações não financeiras, sendo que seria interessante tentar perceber, junto dos bancos, se este tipo de informação tem mesmo um impacto importante, ou até determinante, no momento da tomada de decisão dos bancos sobre o financiamento das empresas portuguesas. Como forma de reforçar a importância deste tipo de informação, segundo um estudo realizado por Daverne *et al.* (2019), a informação não financeira é considerada como um indicador fundamental do

desempenho financeiro futuro das empresas, permitindo chegar a conclusões sobre motivações de resultados insuficientes nas vendas ou então da insatisfação dos clientes, por exemplo.

Q3: A informação (financeira e não financeira) divulgada (ou não divulgada) pode determinar, *a priori*, a não concessão de um financiamento a uma empresa?

Depois de obtidas informação de que tipo de informação, financeira e não financeira, é fundamental apresentar aos bancos, também seria interessante tentar perceber se existe algum tipo de informação que determine, à partida, a não concessão de um financiamento por parte dos bancos. Ou seja, a terceira questão de investigação tem como objetivo perceber se existe algum tipo de informação que, ou pela sua falta ou por estar incorretamente elaborada, possa levar os bancos a tomar a decisão de não financiar uma determinada empresa.

Q4: O Normativo Contabilístico é adequado em matéria das Demonstrações Financeiras e respetivas divulgações? (Ou seja, se é suficiente ou sentem que existe a necessidade de mais informação).

Por último, a quarta questão de investigação procura perceber a opinião pessoal dos colaboradores das entidades entrevistadas, tentando perceber se estas consideram o normativo contabilístico adequado no que diz respeito às demonstrações financeiras e respetivas divulgações. Esta questão é relevante pois houve determinados artigos científicos que mencionavam que os investidores consideravam que, em determinadas situações, as informações presente nas demonstrações financeiras eram demasiado extensivas, sendo importante perceber se o normativo deveria ser mais exigente nesse aspeto ou se se encontra adequado.

Posto isto, as perguntas seguintes serão aquelas que ajudarão a responder a estas questões de investigação e que guiarão toda a entrevista a realizar aos bancos portugueses:

Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?

É importante tentar perceber quais as informações financeiras mais relevantes e as menos para que seja possível identificar quais os relatórios financeiros que deverão estar mais completos e que deverão ser elaboradas com o máximo cuidado e atenção possível. Segundo um estudo realizado por Cai *et al.* (2020), a demonstração de resultados seguida de perto pelo balanço são as duas componentes com maior utilidade das demonstrações financeiras para utilizadores externos. A demonstração dos fluxos de caixa é classificada a seguir, seguido pelas Notas/Anexos. Assim sendo, é possível verificar que existe uma distinção ao nível de importância de determinadas demonstrações financeiras comparativamente a outras, sendo que seria importante tentar perceber se os bancos portugueses também atribuem esse nível de

importância ou não. É também importante referir que apesar de os artigos defenderem a existência de demonstrações financeiras mais importantes que outras, é sempre evidenciado que todas as DF's (incluindo os Anexos) são fundamentais no processo de tomada de decisão dos investidores acerca do financiamento de empresas.

Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?

Estas duas perguntas surgem como forma de complementar a pergunta anterior. Isto porque, visto que existem determinadas demonstrações financeiras mais relevantes que outras, é fundamental tentar perceber a razão explicativa deste facto. Ou seja, é necessário entender o porquê de determinadas DF's serem mais relevantes que outras, de forma a ser possível distinguir que informações financeiras têm maior impacto junto dos bancos no momento da tomada de decisão sobre o financiamentos das empresas em Portugal. Posto isto, considera-se relevante tentar perceber que informações financeiras são mais e menos relevantes dentro de cada demonstração financeira.

A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?

Esta pergunta surge como tentativa de tentar perceber se é mais favorável para as empresas apresentarem informação o mais pormenorizada possível ou de forma mais genérica. Isto porque os bancos sugerem que os preparadores da informação financeira, de forma a aumentar a relevância e utilidade da informação financeira divulgada, divulguem informação menos genérica e mais específica de cada empresa (Bean & Irvine, 2015). No entanto, também se defende que quando isto acontece, os relatórios financeiros tornam-se demasiado extensos e com um nível de complexidade bastante elevado, o que leva os utilizadores a considerarem esse tipo de relatórios não aconselháveis.

Segundo um estudo realizado Bean e Irvine (2015) acerca da preparação da informação financeira presente nos relatórios financeiros, sendo que esta embora seja útil até certo ponto, têm tendência a ser preparada de forma genérica, focando-se apenas em informações relativas ao final do ano, sendo que essas informações podem não ser representativas das transações que ocorreram durante o ano, e não realçando qualquer evidência das práticas de risco e gestão de risco, que se assumem altamente fundamentais no momento da tomada de decisão de investimento por parte dos bancos. Assim sendo, esta pergunta tem o objetivo de tentar perceber que se a informação financeira deveria ser apresentada de forma mais genérica, com o maior

detalhe possível, ou se deveria ser um *mix* dos dois, ou seja, apresentar informação mais detalhada em rúbricas das demonstrações financeiras consideradas mais relevantes para os bancos e informação mais generalizada naquelas que apresentam um nível de relevância menor.

As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Na preparação da revisão de literatura foram encontrados artigos que defendiam diferentes opiniões acerca da relevância das Notas/Anexos. Por um lado, os autores defendem que fornece informações adicionais relevantes sobre o desempenho e posição financeira das empresas mas, por outro lado, também referem que existe uma sobrecarga de informação, o que leva a que esta não seja processada pelos utilizadores tornando-se, conseqüentemente, irrelevante para os mesmos. Segundo um estudo realizado por Henderson (2019), uma das maneiras de aumentar a qualidade e relevância dos relatórios financeiros apresentados pelas empresas é a apresentação das Notas ou Anexos, pois fornece informações adicionais relevantes sobre o desempenho e posição financeira das empresas. Posto isto, esta pergunta surge na tentativa de se perceber se esta DF é relevante e, caso seja, se deve ou não apresentar informação simplificada e reduzida. Para além disso, também se pretende perceber que tipo de informação financeira deve estar presente nos Anexos de forma a que estes sejam efetivamente relevantes para os bancos.

Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações financeiras, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?

Esta pergunta tem como objetivo dar conhecimento de que tipo de relatórios, para além das demonstrações financeiras, que são fundamentais apresentar quando se pretende obter um financiamento. Durante o processo de investigação, foram encontrados diversos artigos a enaltecer a importância da apresentação de relatórios financeiros, sendo que estes são fundamentais para a tomada de decisão dos bancos sobre o financiamento ou não das empresas. No entanto, para além das demonstrações financeiras, não foram referidos que relatórios eram esses e que tipo de informação estava neles presente. Assim sendo, esta pergunta procura perceber, caso existam, outros relatórios que sejam relevantes também apresentar. No entanto, foi referido que, segundo um estudo realizado por Cai *et al.* (2020), é fundamental as empresas apresentarem outras informações adicionais que não estão presentes nas demonstrações financeiras como, por exemplo, o negócio da empresa, informação sobre o desempenho e a posição financeira da entidade, estratégias de negócio e perspectivas para os projetos financeiros futuros e também outras informações financeiras resumidas.

As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?

É fundamental perceber se a divulgação de informação não financeira pode ser relevante para os bancos no momento da concessão de um financiamento. Este tipo de informação foi considerado relevante em diversos artigos académicos, sendo que estas, apesar de não envolverem necessariamente critérios monetários, permitem à empresa apontar as qualidades da organização, possíveis necessidades de alteração na estratégia da empresa, entre outros. Com isto, é importante tentar perceber juntos dos bancos portugueses se a informação não financeira é ou não relevante e, caso seja, que tipo de informação deve então ser divulgada pelas empresas.

Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?

Esta pergunta irá permitir perceber todo o processo executado pelos bancos no momento da análise de um projeto de financiamento. Ou seja, procura-se perceber todas as fases do processo de análise dos relatórios e informações financeiras divulgadas pelas empresas. Com esta pergunta pretende-se tomar conhecimento sobre que relatórios ou informações são analisadas em primeiro lugar e assim sucessivamente, tentando também perceber se as fases deste processo estão definidas por nível de relevância, ou seja, se o que é analisado em primeiro lugar é mais relevante do que é analisado posteriormente.

Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento?

Esta pergunta surge com forma de perceber, caso existam, que informações são consideradas críticas ou determinantes para os bancos no momento da concessão de um financiamento. Ou seja, se existe algum tipo de informação que, caso esteja mal elaborada ou que não tenha sido sequer apresentada, impossibilita, *à priori*, os bancos de concederem o empréstimo. Existem, naturalmente, informações bastante relevantes e que as empresas devem sempre divulgar, no entanto essas informações, por si só, podem não levar os bancos a tomar a decisão de não financiar uma entidade. Com isto, procura-se saber se existe algum tipo de informação que caso não seja divulgada ou esteja mal elaborada, por si só, leve os bancos a tomar uma decisão imediata de não financiar a empresa em questão.

Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

Relativamente a esta pergunta, é fundamental para as empresas portuguesas tomarem conhecimento de informações adicionais que deveriam apresentar mas que, normalmente, não apresentam. Procura-se perceber que outro tipo de informação, financeira ou não financeira, os

bancos procuram encontrar no momento da análise dos relatórios e informações da empresa. Ao longo do processo de investigação, segundo um estudo realizado por Pawlowski (2018), são diversas informações consideradas relevantes para as empresas apresentarem como, por exemplo, previsões sobre o uso de instrumentos financeiros em períodos mais longos (2 ou 3 anos), comparações do uso previsto e real de instrumentos financeiros e apresentação de dados relativos ao valor dos lucros e perdas não realizados de transações financeiras concluídas na data específica das demonstrações financeiras. Com isto, pretende-se confirmar se existem outras informações financeiras, para além das presentes nos relatórios e demonstrações financeiras, que sejam relevantes apresentar e, caso existam, perceber que tipo de informações são essas.

Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?

As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

Por fim, estas últimas duas perguntas são direcionadas à opinião pessoal dos colaboradores entrevistados de cada banco, procurando-se perceber, por um lado, se estes consideram que o normativo contabilístico em vigor é adequado, ou se defendem a necessidade de uma maior exigência de informação presente nas demonstrações financeiras. Por outro lado, também é importante entender se as empresas estão ou não a cumprir esse normativo ao nível da informação divulgada nas demonstrações financeiras.

4. Estudo Empírico

Neste capítulo, depois de analisada a relevância de todas as questões de investigação e respetivas perguntas que serviram como guião para a obtenção de informação junto dos bancos portugueses, irá ser analisada toda a informação obtida, com o objetivo de se conseguir perceber e comparar as práticas e processos de análise de projetos de investimentos das empresas por parte dos bancos.

Para o efeito, foram conduzidas entrevistas a colaboradores de cada um dos seguintes bancos portugueses: Instituição Financeira A, Instituição Financeira B, Instituição Financeira C, Instituição Financeira D e Instituição Financeira E. Por questões de confidencialidade, ao longo deste estudo, os bancos e colaboradores entrevistados serão mencionados através de nomenclaturas, ou seja, Instituição Financeira e Respondente, respetivamente. A entrevista será composta por 12 perguntas, que procuram perceber as diferentes vertentes da análise dos relatórios das empresas e possíveis informações adicionais que ajudem as empresas a aumentar a sua possibilidade de obtenção de financiamento.

Com isto, primeiramente será apresentada uma breve introdução de cada banco em questão, onde serão evidenciadas as características e funcionalidades dos mesmos, pretendendo dar a conhecer um pouco sobre cada um deles. De seguida, serão analisadas todas as informações recolhidas das entrevistas aos colaboradores de cada banco, de forma a estabelecer comparações entre eles e identificar as principais diferenças entre os diferentes processos de análise da informação apresentada pelas empresas. Por fim, serão estabelecidas conclusões finais das informações obtidas e possíveis limitações encontradas no processo de recolha de informação aos bancos.

4.1 Instituição Financeira A

A Instituição Financeira A é um banco de referência no mercado financeiro português, sendo uma das principais instituições portuguesas (site da Instituição Financeira A, 2021). A Instituição Financeira A apresenta-se como referência nacional relativamente ao nível de desenvolvimento económico e social. Este banco apresenta uma forte cultura empresarial e elevados padrões éticos, de rigor e de profissionalismo, tendo recebido, ao longo dos anos, diversos prémios (site da Instituição Financeira A, 2021). A Instituição Financeira A é reconhecida como um banco de elevada fiabilidade e bastante sólido no setor bancário português, tendo merecido a confiança das suas diversas gerações de clientes (Instituição Financeira A, 2021).

A Instituição Financeira A apresenta uma estratégia de atuação com base na eficácia e inovação, no atendimento às famílias e empresas, funcionando como parceira de crescimento e desenvolvimento sustentado das mesmas. Assim sendo, “a Instituição Financeira A é socialmente responsável, zelando pelos interesses de todos, incluindo os das gerações futuras, respeitando princípios básicos como o respeito pelos direitos humanos, a preservação do ambiente e o progresso social da comunidade em que está envolvida” (site da Instituição Financeira A, 2021). Tendo em conta a sua forte cultura organizacional e todos os padrões referidos anteriormente, “a Instituição Financeira A é hoje a base de um grupo financeiro moderno, preparado para satisfazer as necessidades e expectativas de milhões de clientes e para responder aos desafios da globalização do mercado” (site da Instituição Financeira A, 2021).

Para além disso, enquanto banco, a Instituição Financeira A incentiva um relacionamento próximo com os seus clientes, criando oportunidades de crescimento económico e apoiando as empresas na sua expansão internacional, o seu desenvolvimento social associado a uma cultura organizacional enriquecida, sempre com consciência comunitária de responsabilidade socioambiental (site da Instituição Financeira A, 2021). É ainda importante referir que a Instituição Financeira A exerce a sua atividade sempre assente em valores como a transparência, rigor, segurança, responsabilidade, integridade e respeito em todas as suas relações com os clientes e outros *stakeholders* (site da Instituição Financeira A, 2021).

4.2 Instituição Financeira B

A Instituição Financeira B é um grupo financeiro privado português com presença a nível internacional, tendo capacidade provada nos mais diversos domínios da atividade bancária (site da Instituição Financeira B, 2021). Apresentam um enorme compromisso relativamente à qualidade e inovação, colocando-os na vanguarda dos serviços financeiros, possuindo uma oferta completa e especializada, a par de um serviço de excelência, sempre com orientação para o Cliente (site da Instituição Financeira B, 2021). A Instituição Financeira B tem como objetivo estabelecer uma relação duradoura com os seus clientes, sendo que, para isso, investem no conhecimento aprofundado dos mesmos, de forma a proporcionar-lhes o melhor aconselhamento, produto e serviços possível (site da Instituição Financeira B, 2021).

Relativamente à sua Oferta, a Instituição Financeira B disponibiliza um conjunto diversificado de produtos e serviços, desde os mais tradicionais aos mais complexos e sofisticados, destacando-se a Gestão Carteira, a Consultoria para Investimento, os Fundos de Investimento, os Produtos Estruturados e, por fim, a Tecnologia e Serviços (site da Instituição Financeira B, 2021).

4.3 Instituição Financeira C

A Instituição Financeira C é o banco português mais antigo, tendo uma base mutualista e solidária e sendo caracterizado pela sua independência, tradição e inovação (site da Instituição Financeira C, 2021). Este banco pretende transmitir uma visão para o futuro, que deve ser encarado com confiança, ambição e segurança, tal como é possível verificar através da evolução da sua imagem, o pelicano, “que levantou a cabeça, ergueu o peito, ganhou asas e assumiu uma nova postura e atitude, mais forte, confiante e de olhos postos no futuro” (site da Instituição Financeira C, 2021).

A qualidade do seu serviço e da sua atuação transparente, rigorosa e competente tem garantido à Instituição Financeira C, ao longo dos anos, cada vez mais clientes, que dispõem de uma oferta transversal e integrada de produtos e serviços, contribuindo para a consolidação do posicionamento do banco (site da Instituição Financeira C, 2021). Assim sendo, a Instituição Financeira C já foi reconhecida, por diversas vezes, por clientes e demais partes interessadas, recebendo prémios da *Superbrands*, que premeia marcas de excelência, o Prémio Cinco Estrelas e também premiações na categoria da criatividade (site da Instituição Financeira C, 2021).

Assim sendo, a Instituição Financeira C “posiciona-se como um grupo bancário e financeiro diversificado e alinhado com a sua natureza e finalidades mutualistas que lhe conferem características únicas e um posicionamento singular nos setores de atividade em que atua e na sociedade portuguesa” (site da Instituição Financeira C, 2021).

4.4 Instituição Financeira D

A Instituição Financeira D é uma entidade que “está centrada na atividade da banca comercial em Portugal, disponibilizando uma extensa oferta de serviços e produtos financeiros para Clientes empresariais, institucionais e particulares”, sendo que este faz parte de um Grupo Financeiro, que a partir de 2018 passou a deter a totalidade do capital da Instituição Financeira C (site da Instituição Financeira D, 2021). Este banco é a quinta maior instituição financeira a operar em Portugal em termos de ativos (31,6 m.M €), apresentando uma quota de mercado de 10% em crédito e em Depósitos de Clientes (site da Instituição Financeira D, 2021).

A Instituição Financeira D detém inúmeras participações financeiras noutras empresas, como é o caso da Empresa A e a Empresa B, sendo que será apresentada, de seguida, uma figura que evidencia todas as participações que este banco detém noutras entidades, em 31 de Dezembro de 2018 (site da Instituição Financeira D, 2021).

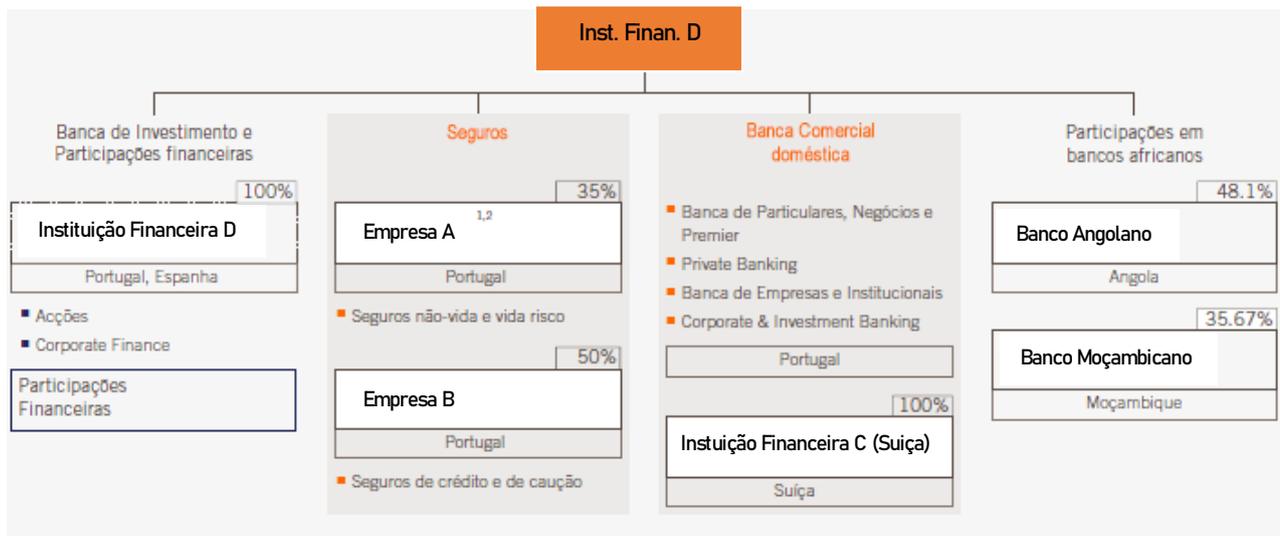


Figura 4.1 - Participações Financeiras da Instituição Financeira D noutras empresas

Relativamente ao modelo de negócio do Instituição Financeira D, este assenta na “disponibilização de uma oferta completa de produtos e serviços financeiros , estruturada de forma a responder às necessidades específicas de cada segmento – Particulares, Empresas e Setor Público e Setor Empresarial do Estado – através de uma rede de distribuição especializada, multicanal e totalmente integrada” (site da Instituição Financeira D, 2021).

Os principais da cultura deste banco são a independência da gestão, a flexibilidade organizativa, o trabalho de equipa, a distinção do mérito, a capacidade de antecipação, a rigorosa administração de riscos e, por fim, a segura criação de valor, sendo que a proteção dos interesses dos Clientes é um dos princípios da ética empresarial e das normas de conduta dos colaboradores do Banco (site da Instituição Financeira D, 2021).

4.5 Instituição Financeira E

A Instituição Financeira E ao longo de mais de 100 anos de atividade, sempre contribuiu para o desenvolvimento económico, social e cultural das regiões onde as Organizações Associadas estão fortemente implantadas (site da Instituição Financeira E, 2021). A sua missão é “contribuir para o progresso económico-social das regiões, praticando uma banca de proximidade, com propósito e sustentável” e a sua visão assenta em tornarem-se uma referência de inclusão, sustentabilidade e inovação (site da Instituição Financeira E, 2021). Para além disso, assentam em valores organizacionais como a Solidez, a Proximidade, a Confiança e a Simplicidade (site da Instituição Financeira E, 2021).



Figura 4.2 - Valores Organizacionais da Instituição Financeira E

A Instituição Financeira E, e as respectivas Organizações Associadas que o compõem, tem como principais objetivos (site da Instituição Financeira E, 2021):

- Satisfazer as necessidades e aspirações financeiras dos Clientes;
- Reforçar o desenvolvimento das comunidades locais;
- Promover o investimento em projetos sustentáveis;
- Melhorar a relação com os clientes através de processos ágeis e da excelência no serviço;
- Abordar oportunidades de negócio que apresentem perspectivas de retorno continuado de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos.

Para além disso, a Instituição Financeira E apresenta um conjunto de fatores que os diferencia dos resto das instituições bancárias, ou seja, são (site da Instituição Financeira E, 2021):

- Único grupo financeiro em que o lucro gerado é distribuído ou reinvestido na própria região.
- Único grupo financeiro que aplica as poupanças no financiamento de projetos de investimento da região dos seus depositantes.
- Único grupo financeiro em que as tomadas de decisão são totalmente descentralizadas (maior flexibilidade e celeridade de resposta).
- Único grupo financeiro onde os colaboradores são recrutados pelas unidades de retalho da região, contribuindo para a empregabilidade local.

4.6 Perfil dos colaboradores entrevistados

Relativamente aos colaboradores entrevistados de cada banco, de seguida, será feita uma breve apresentação relativa á sua função/profissão, anos de experiência e entidade que representam.

Relativamente à Instituição Financeira A, o colaborador entrevistado é Gestor de Clientes, tendo experiência profissional de 30 anos no setor bancário.

O colaborador entrevistado da Instituição Financeira B é Diretor de uma sucursal do Banco, apresentando quase 28 anos de experiência na área da banca.

A colaboradora entrevistada da Instituição Financeira C é Subgerente de uma sucursal do banco que representa, tendo 20 anos de experiência na área da banca, 7 dos quais como Subgerente.

O colaborador entrevistado da Instituição Financeira D é Analista de Crédito, exercendo esta profissão há 30 anos, 15 dos quais enquanto Diretor de Risco de Crédito do banco.

O colaborador entrevistado da Instituição Financeira E exerce a profissão de Coordenador de uma Agência deste Instituição Financeira, apresentando experiência profissional no setor bancário há 27 anos.

4.7 Análise dos Resultados

4.7.1 Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?

Para o colaborador da Instituição Financeira A, a demonstração financeira mais relevante de apresentar para a concessão de um financiamento às empresas em Portugal é o Balanço. Também foi referido que, para além do Balanço, todas as restantes demonstrações financeiras apresentam utilidade no momento da tomada de decisão de financiar ou não um projeto de uma empresa. No entanto, existe o caso dos Anexos que é aquele que apresenta uma menor relevância para o colaborador da Instituição Financeira A

Para o colaborador da Instituição Financeira B, caso o pedido de financiamento seja efetuado nos primeiros seis meses do ano, pois ainda não foi elaborado a IES da empresa relativa ao ano anterior, a demonstração financeira que apresenta a maior relevância é o Balanço, seguido da Demonstração dos Resultados. Relativamente às restantes DF's, quando se trata de micro e pequenas entidades, por norma, não são relevantes, contudo quando se trata de médias e grandes empresas, a apresentação da Demonstração das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os Anexos é fundamental para os bancos.

Para o colaborador da Instituição Financeira C, de forma a complementar a informação presente na IES, que é bastante genérica, as demonstrações financeiras mais relevantes são o

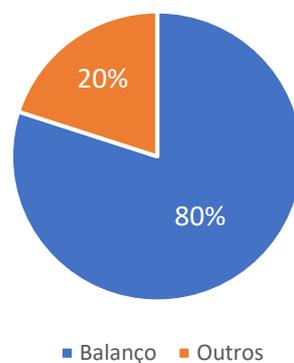
Balço e a DR. Todas as restante DF's são também relevantes para o banco conseguir efetuar uma análise mais detalhada da empresa, caso seja necessário.

Para o colaborador da Instituição Financeira D, tendo em conta que tem como função analisar os projetos de investimentos de grandes empresas que são, por norma, um grupo de empresas, a apresentação de Demonstrações Financeiras Consolidadas é fundamental para o banco conseguir perceber o funcionamento do grupo a nível económico, jurídico, entre outros. As DF's individuais de cada empresa também são solicitadas, sendo as mais relevantes o Balço, pois indica a situação patrimonial da empresa, e a DR, pois é a partir daí que o banco analisa a capacidade que a empresa tem de gerar *cash*. Para além disso, a Demonstração dos Fluxos de Caixa também é fundamental para se conseguir ter uma análise completa dos valores presentes nas DR, ou seja, a DFC surge como forma de complementar a informação relativa ao EBITDA presente na DR. Na visão do colaborador da Instituição Financeira D, não existe nenhuma DF que não seja relevante, pois até os Anexos contém informação bastante relevante para os credores.

Para o colaborador da Instituição Financeira E a apresentação da IES, relativamente às informações relevantes presentes nas DF's, funciona como um resumo de todas as operações relevantes que seriam apresentadas nas DF's. No entanto, foi referido que todas as demonstrações financeiras são igualmente relevantes, com exceção dos Anexos, pois o colaborador da Instituição Financeira E apenas analisa situações de financiamento de micro e pequenas entidades, não analisando operações muito complexas, pelo que os Anexos não são tão relevantes para este tipo de operações.

Gráfico 4.1 - Análise da Pergunta 1 - DF's mais relevantes

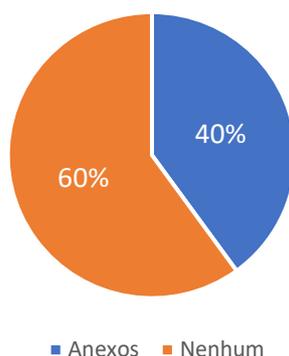
Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes?



Embora se considere, na maior parte dos casos, que as demonstrações financeiras são todas relevantes, 80% considera que o Balanço é a mais relevante de todas. O colaborador da Instituição Financeira E não faz essa distinção, considerando que todas apresentam o mesmo nível de relevância.

Gráfico 4.2 - Análise da Pergunta 1 - DF's menos relevantes

Quais as Demonstrações Financeiras menos relevantes?



Relativamente às menos relevantes, 40% considera que os Anexos são a Demonstração Financeira que apresenta um menor nível de relevância, sendo que os colaboradores das Instituições Financeiras A, B e E referem que esta DF não é tão relevante quando se trata de operações mais simples, que envolvem micro e pequenas entidades. Quando se trata de operações mais complexas, referentes a médias e grandes empresas, os Anexos são fundamentais para elaborar análises adicionais às operações das empresas.

4.7.2 Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

Para o colaborador da Instituição Financeira A, tendo em conta que apenas é exigida a apresentação do Balanço, as informações mais relevantes são o Resultado Líquido, que é onde se consegue obter a informação sobre se a empresa está a ter lucro ou prejuízo, o valor das compras, as dívidas a fornecedores e de empréstimos obtidos passados e, por último, informação sobre o capital social da empresa, de forma a verificar se a empresas tem capital suficiente ou se recorre, diversas vezes, aos seus sócios para injetar capital na entidade.

Para o colaborador da Instituição Financeira B, as rubricas mais importantes são os Ativos, Produção da empresa, o Resultado Líquido, as dívidas a terceiros e ao Estado, sendo que este último é o mais importante de todos, pois o Estado prevalece sobre tudo o resto, sendo que existe a possibilidade de, caso a entidade apresente dívidas, este pode enviar penhoras que fazem com que os bancos não consigam reaver o dinheiro investido de volta. É também

importante referir que caso a empresa apresenta Capitais próprios negativos, esta está em falência técnica. Este banco também analisa se as Vendas das empresas estão concentradas em poucos clientes pois, caso estejam, pode ser negativo para as mesmas. Isto porque se uma empresa apresenta apenas 2 ou 3 clientes, caso um deles deixe de pagar ou entre em falência, grande parte das vendas atuais da empresa deixarão de existir, o que faz com que o risco seja maior quando o valor das Vendas tem por base um número reduzido de clientes.

Para o colaborador da Instituição Financeira C todo o tipo de informação presente nas DF's e IES é relevante, sendo que, consoante os dados presentes nas mesmas, é atribuído um ranking às empresas numa escala de 1 a 16, sendo:

- 1 a 5 – as empresas apresentam-se numa situação favorável;
- 6 a 11 – as empresas apresentam-se numa situação mediana, sendo que é neste intervalo que se situam a maior parte das empresas portuguesas;
- 11 a 16 – as empresas apresentam uma situação complicado, estando quase em falência técnica.

Com isto, consoante o ranking atribuído, as taxas aplicáveis a cada financiamento alteram, ou seja, quanto melhor for o ranking atribuído a uma empresa, mais baixa é a taxa aplicada. Isto acontece como forma de recompensar as empresas por apresentarem uma boa rentabilidade. O colaborador da Instituição Financeira refere também que é analisado os Suprimentos das empresas, ou seja, todo o capital que os sócios-gerentes injetam na empresa, de forma a que se consiga perceber se estes apresentam capacidade financeira. Isto é importante para os bancos, pois é assim que o banco consegue perceber se os sócios-gerentes, caso a empresa não consiga amortizar o montante total do empréstimo, conseguem fazer face às responsabilidades da empresa.

Para o colaborador da Instituição Financeira D, relativamente às Demonstrações Financeiras Consolidadas, é analisado todo o perímetro do grupo, ou seja, todas as empresas que estão presentes e o porquê de determinadas empresas já não fazerem parte do mesmo. No que diz respeito às DF's individuais, no Balanço, as rúbricas mais importantes são os ativos e a dívida nas diferentes vertentes, ao Estado e à SS, que cada empresa apresenta, tendo em maior atenção as dívidas da empresa-mãe. Na DR, a principal informação que o banco procura obter é o valor do EBITDA, ou seja, todos os lucros da empresa antes de deduzidos os juros, impostos, depreciações e amortizações. No entanto, visto que este valor não tem em conta valores como impostos, o investimento em CAPEX, as variações de fundo e manei de amortizações/depreciações, esta não se revela a melhor forma de analisar o *cash* das empresas,

sendo que é necessário proceder à análise dos fluxos de caixa das atividades operacionais presente na DFC com o objetivo de se conseguir perceber qual o verdadeiro *cash* da empresa.

O colaborador da Instituição Financeira E refere que toda a informação é analisada, sendo as rúbricas principais o Resultado Líquido, o Volume de Negócios, o valor dos Capitais Próprios, a Dívida à SS e ao Estado e o valor dos Empréstimos Obtidos à banca. Outro tipo de informação que é analisada pelo colaborador da Instituição Financeira E é o número de clientes que as empresas apresentam, ou seja, se a empresa apresenta um número de clientes reduzido, o risco que o banco irá enfrentar é maior pois, caso um ou dois deles deixem de pagar, grande parte do Volume de Negócios das empresas deixa de existir.

Gráfico 4.3 - Análise da Pergunta 2 - Informação mais relevante em cada DF

Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?



Todas as informações presentes nas DF's são relevantes para os bancos. No entanto, foi referido que o Resultado Líquido e as Dívidas à Segurança Social e às Finanças são as duas rúbricas de maior importância para os bancos. Para além disso, também foram referidas outras informações consideradas de grande relevância para os bancos, como é o caso dos Ativos, Dívidas a Fornecedores, Empréstimos Obtidos, Volume de Negócios, Capitais Próprios, o EBITDA, os Suprimentos e o N° de Clientes que as empresas apresentam.

4.7.3 Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?

Para os colaboradores da Instituição Financeira A e B, apesar de considerarem que todas as informações são relevantes, todo o tipo de informação que não diga respeito às rúbricas indicadas na pergunta anterior não têm tanta relevância.

Para o colaborador da Instituição Financeira C todas as informações presentes nos relatórios entregues pelas mesmas são relevantes, pois é através da análise de todas as vertentes da

empresa que o banco consegue atribuir um ranking que esteja de acordo com a situação em que a empresa se encontra naquele momento.

Para os colaboradores da Instituição Financeira D e E toda a informação que é solicitada pelo banco é analisado, pois é importante analisar todo o tipo de informação para se conseguir tomar uma decisão de financiamento o mais eficiente possível.

Assim sendo, todos os bancos consideram que todas as rubricas e operações que vêm presente nas Demonstrações Financeiras são relevantes, pois só através da análise de todas as vertentes das empresas é que é possível tomar decisões da forma mais eficiente possível.

4.7.4 A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?

Para o colaborador da Instituição Financeira A, toda a informação apresentada deve ser organizada de forma clara e o mais simplificada possível, de forma a que seja apelativa a leitura, o que não acontece quando a informação é demasiado extensa e pormenorizada. No entanto, também foi referido que as informações relativas às rubricas referidas anteriormente devem ser apresentadas com um pouco mais de detalhe.

Para o colaborador da Instituição Financeira B, todos os dados apresentados pela empresa devem ser simplificados quando se trata de micro e pequenas entidades. Quando se trata de médias e grandes empresas, pois os valores do financiamento são bastante elevados, o banco exige informação com o maior pormenor e detalhe possível. Com isto, visto que 90% das organizações portuguesas são micro e pequenas entidades, por norma, a apresentação de informação simplificada é suficiente.

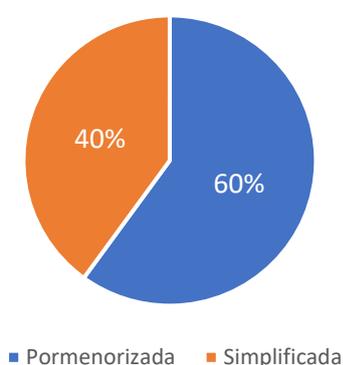
A IES é um relatório contabilístico que, por si só, é muito vago, visto que é necessário apresentar outro tipo de informação que permite o banco analisar de forma detalhada e pormenorizada todas as operações da empresa. Assim sendo, para que isso seja possível, o colaborador da Instituição Financeira C exige a apresentação de um Balancete atualizado e o Balanço e a DR do último trimestre como documentação suplementar.

Para o colaborador da Instituição Financeira C, a simplificação da informação dificulta a tomada de decisão por parte dos credores, ou seja, informação pormenorizada e detalhada é fundamental para o banco tomar decisões de financiamento eficientes. Também defende que as normas deveriam apresentar diferentes níveis de exigência consoante a materialidade das rubricas, ou seja, as rubricas mais relevantes deveriam apresentar o maior detalhe possível e as que apresentam uma menor materialidade deveriam ser mais simplificadas e genéricas.

Para o colaborador da Instituição Financeira E, as informações financeiras devem ser apresentadas com o maior detalhe possível, para se conseguir apurar e analisar todas as operações das empresas. É importante referir que o colaborador da Instituição Financeira E é bastante exigente e rigoroso neste aspeto, sendo fundamental as empresas divulgarem informação financeira pormenorizada.

Gráfico 4.4 - Análise da Pergunta 4 - Modo de preparação da informação financeira

A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?



A maior parte dos bancos (60%) considera que a informação deve ser apresentada com o maior detalhe possível. Os colaboradores da Instituição Financeira A e B consideram que informação simplificada é mais favorável por apresentar mais facilidade de leitura e compreensão. No entanto, é referido que se aplica a casos que tenham como objeto de estudo operações de reduzida dimensão, que incluem apenas micro e pequenas entidades.

4.7.5 As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Para o colaborador da Instituição Financeira A, os Anexos são uma DF que não apresenta grande relevância, pois não adiciona nada de mais que o Balanço já não apresente, pois são apenas uma descrição mais detalhada e discriminada das rúbricas apresentadas pelo Balanço.

Para o colaborador da Instituição Financeira B, os Anexos são uma demonstração financeira relevante, pois informação contabilística nunca é demais. No entanto, quando se trata de operações mais simples não é tao relevante do que quando se trata de operações mais complexas, de maior montante.

Para o colaborador da Instituição Financeira C, visto que a IES já apresenta alguns anexos considerados relevantes para o banco, a apresentação dos Anexos não é de grande relevância para a maioria das operações em Portugal. No entanto, quando se trata de empresas de grande dimensão que procuram financiamento de milhões de euros, aí sim, já é fundamental apresentar essa DF de forma a que o banco consiga analisar de forma profunda toda a informação possível.

Para o colaborador da Instituição Financeira D, os Anexos são uma DF bastante importante, pois apresenta informação fundamental para os credores conseguirem tomar uma decisão eficiente sobre a concessão de crédito às empresas. Os anexos são uma forma de complementar toda a informação presente nas restantes demonstrações financeiras.

Para o colaborador da Instituição Financeira E, visto que não analisa operações de grande dimensão e que envolvam médias e grandes empresas, os Anexos não são tão relevantes como as restantes demonstrações financeiras. Assim sendo, neste caso, a informação presente na IES é suficiente, não sendo necessário e relevante a informação presente nos Anexos.

Gráfico 4.5 - Análise da Pergunta 5 - Relevância das Anexos

As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?



Os Anexos são considerados como uma DF não relevante para 60% dos bancos entrevistados, sendo que os colaboradores da Instituição Financeira B e D consideram que esta é bastante relevante para se conseguir fazer uma análise o mais detalhada e completa possível. É importante referir que os colaboradores da Instituição Financeira C e E realçam que quando se trata de operações de grande dimensão, os Anexos revelam-se uma DF fundamental para se conseguir tomar decisões com o maior nível de eficiência possível.

4.7.6 Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?

Para além do Balanço, o colaborador da Instituição Financeira A refere que é exigido de outros documentos, como a Carta de Apresentação, o Balancete e a Informação Empresarial Simplificada (IES).

A Carta de apresentação é uma carta onde a empresa deve revelar a data de criação da empresa, o seu ramo de atividade, um resumo da faturação da mesma ao longo dos anos, para saber se tem aumentado ou se mantido constante e, por fim, informação sobre se a empresa é sustentada, ou seja, se consegue manter-se competitiva no mercado durante um longo período de tempo. Esta deve ser escrita de forma estruturada, clara e cuidada.

O Balancete é um instrumento financeiro utilizado para visualizar o total dos débitos e créditos das contas, sendo que este é fundamental para as organizações preparem as suas contas anuais e respetivas responsabilidades. Desta forma consegue-se estabelecer um resumo do estado financeiro em que a empresa se encontra (CRN-Contabilidade, 2021).

A IES é uma declaração anual para as empresas que apresentam contabilidade organizada. Esta une as várias declarações e contas anuais das empresas para fins contabilísticos, fiscais e estatísticos (Economista, 2021). A IES permite às empresas cumprirem, através de um único documento, as seguintes quatro obrigações legais (Economista, 2021):

- Entrega da declaração anual de informação contabilística;
- Registo da prestação de contas junto das conservatórias de registo comercial;
- Prestação de informação estatística ao Instituto Nacional de Estatística;
- Prestação de informação contabilística para fins estatísticos ao Banco de Portugal.

Para além disso, também é necessário apresentar uma declaração que comprove que as empresas não apresentam quaisquer dívidas à Segurança Social e às Finanças. É também importante referir que a apresentação do Relatório de Auditoria poderá ser uma mais valia, mas não irá alterar a decisão dos bancos sobre financiar ou não uma entidade.

O colaborador da Instituição Financeira B também enaltece a importância da apresentação da IES do ano anterior, pois este apresenta toda a informação relevante para os bancos, ou seja, é um resumo contabilístico das empresas. Para além disso, caso se trate de um pedido de financiamento efetuado nos primeiros seis meses do ano, como a IES apenas está pronta a ser entregue em maio ou junho, o banco exige a apresentação de um Balancete atualizado. O

colaborador da Instituição Financeira B, caso o montante pretendido seja superior a 50.000€, também exige a apresentação da declaração de não dívida às Finanças e à Segurança Social.

Para o colaborador da Instituição Financeira C, é preciso apresentar a IES do último ano (a IES do próprio ano diz respeito à informação do ano anterior), o Balancete atualizado (do trimestre anterior) desdobrado a três níveis, de forma a que se consiga fazer uma análise mais completa, e a Declaração de não Dívida às Finanças e à Segurança Social. É também importante referir que, caso se trate de um novo cliente, por um lado, é necessário apresentar a IES dos últimos três anos, de forma a que o banco consiga analisar a faturação da empresa ao longo desses anos e, por outro lado, também é solicitado que as empresas entreguem um *Business Plan*, como forma de apresentação, sendo necessário estarem presentes informações como, por exemplo, o negócio da empresa, as suas perspetivas futuras, etc.

Para além disso, também pode ser solicitado o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e recibos de vencimento dos sócios-gerentes das empresas, de forma a que se consiga confirmar/garantir que o que vem descrito na IES é, efetivamente, o que corresponde à realidade da empresa.

O Respondente da Instituição Financeira D refere que é também obrigatório apresentar a Certificação Legal de Contas (CLC), sendo que o banco vai analisar todas as rúbricas que foram objeto de estudo e, caso exista falta de informação ou alguma rúbrica que não faça sentido, faz ajustamentos no sentido de corrigir essas rúbricas. Para além disso, também é importante apresentar o Relatório de Gestão, pois este apresenta informações sobre os aspetos mais qualitativos da empresa, como o negócio, a estratégia, perspetivas futuras, entre outros.

Também é uma mais valia as empresas apresentarem Informação Previsional, sendo que, para o banco conseguir tomar decisões eficientes, é fundamental as empresas apresentarem um *Business Plan* e projeções da evolução das principais rúbricas das empresas. Para o colaborador da Instituição Financeira D, não basta apenas informação sobre o relato financeiro histórico, mas também informação previsional que lhe permita ter uma perspetiva da evolução da empresa. Outro assunto que é bastante relevante é a questão da Sustentabilidade, sendo que cada vez mais o banco tem o cuidado de apenas incentivar o apoio a atividades sustentáveis.

Para o colaborador da Instituição Financeira E, para além da apresentação da IES do ano anterior, é necessário apresentar a IES relativa à atividade dos últimos 3 anos, de forma a conseguir analisar a evolução das diferentes rúbricas das empresas ao longo dos anos. É também exigido o Balancete Analítico de dezembro do ano anterior e o mais atualizado à data do pedido de financiamento, de forma a analisar a evolução do negócio durante esse período de tempo que

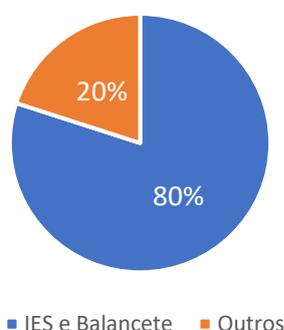
decorre entre o fim do ano anterior e a data do pedido do financiamento. A Certidão de não dívida à SS e às Finanças também é exigido.

Por fim, também é solicitada a apresentação da Certidão Permanente das empresas, que se trata de “um acesso, através da Internet, em tempo real e em qualquer momento, a todos os registos informatizados, a todos os documentos eletrónicos associados à pasta eletrónica da entidade (com exceção dos documentos da prestação de contas) ou ao último pacto social/estatutos atualizados, de uma entidade registada em conservatória do registo comercial (sociedades, cooperativas, empresas públicas e outras entidades sujeitas a registo comercial), consoante o tipo de certidão subscrita” (Instituto dos Registos e do Notariado, 2021).

É também fundamental referir que o colaborador da Instituição Financeira E realçou que quando se trata de operações de elevada dimensão, ou seja, operações que envolvem médias e grandes empresas, com volumes de negócio superiores a 2 M€, os bancos são muito mais exigentes, exigindo a apresentação do relatório de Gestão das empresas e da Certificação Legal de Contas.

Gráfico 4.6 - Análise da Pergunta 6 - Relatórios Financeiros Relevantes

Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, deve ser apresentado aos bancos?



Para 80% dos bancos, a Informação Empresarial Simplificada (IES) e o Balancete são dois dos relatórios fundamentais apresentar quando se pretende obter um financiamento por parte dos bancos, com exceção do Respondente da Instituição Financeira D, que não exige a apresentação destes dois documentos/relatórios. Para além disso, 100% dos bancos refere que é obrigatório entregar uma Declaração de não dívida à Segurança Social e às Finanças. Outros documentos/relatórios ou informações também referidos pelos bancos foram o Relatório de Gestão, a Certificação Legal de Contas, Certidão Permanente, Carta de Apresentação, Informação Previsonal e a Sustentabilidade.

4.7.7 As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?

Para o colaborador da Instituição Financeira A, a informação não financeira não é relevante comparativamente à informação indicada anteriormente.

Para o colaborador da Instituição Financeira B, quando se trata de operações mais simples e de menor volume, as informações não financeiras não são muito relevantes. Quando se trata de operações mais complexas, é fundamental para os bancos conhecer toda a envolvente das empresas e todos os pormenores relacionados com o negócio das mesmas.

O colaborador da Instituição Financeira C refere que a IES já apresenta todo o tipo de informação financeira e não financeira considerada relevante para os bancos. Ou seja, consideram que a informação não financeira também é igualmente relevante para os bancos quando estes analisam a informação das empresas. Esta banco defende que é sempre fundamental conhecer toda a informação relativa à envolvente do negócio das empresas.

O Respondente da Instituição Financeira D revela que a informação não financeira é igualmente relevante, sendo a questão da Sustentabilidade um bom exemplo da importância que este banco atribui a este tipo de informação. Assim sendo, considera-se de enorme relevância informação não financeira, ou seja, o aspeto Social, de *Governance* e Ambiental/Sustentável das empresas.

Para o o colaborador da Instituição Financeira E, a divulgação de informação não financeira, denominada de informação comercial, é muito relevante, pois tomar conhecimento de informações sobre o meio envolvente da empresa, possíveis conflitos entre sócios e comportamentos históricos com a banca é fundamental para os bancos conseguirem tomar decisões sobre a concessão de financiamento.

Gráfico 4.7 - Análise da Pergunta 7 - Relevância da Informação Não Financeira

As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?



Relativamente à informação não financeira, 60% dos bancos considera que este tipo de informação é fundamental para os bancos, enquanto que o colaborador da Instituição Financeira A considera que este tipo de informação não é relevante para o tipo de análise que é efetuada. Para além disso, o colaborador da Instituição Financeira B evidenciou que este tipo de informação é bastante relevante quando se trata de operações de elevada dimensão.

4.7.8 Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?

Para o colaborador da Instituição Financeira A não existe nenhuma ordem de análise dos documentos solicitados, todos os documentos são analisados de forma conjunta.

O colaborador da Instituição Financeira B também referiu que analisa toda a informação de forma conjunta, mas existem duas informações que são analisadas em primeiro lugar. Essas informações são as dívidas à Segurança Social, ao Estado e às Finanças e os Capitais Próprios negativos (presentes na IES).

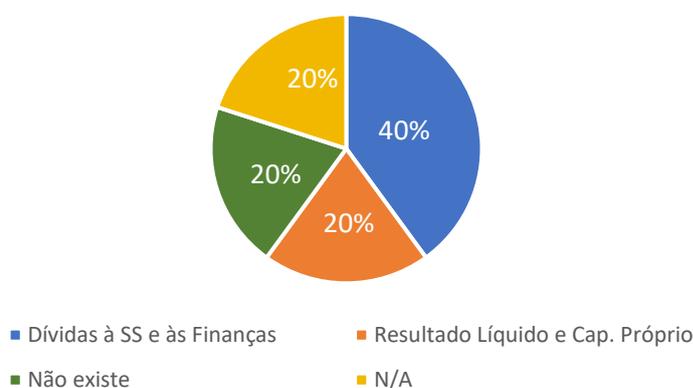
O Respondente da Instituição Financeira C, em primeiro lugar, analisa se o cliente tem dívidas para com o Banco de Portugal. De seguida, a declaração de não dívida às Finanças e SS, onde é analisado se o cliente tem um plano de pagamentos em atraso. Os bancos só analisam as operações das empresas quando estas apresentarem o seu plano de pagamentos em dia.

No caso do colaborador da Instituição Financeira D, não foi obtida uma resposta concreta e relevante para esta questão.

Para o colaborador da Instituição Financeira E, em primeiro lugar, são analisadas as informações relativas ao Resultado Líquido e os Capitais Próprios sendo que, caso estes sejam negativos, o banco não procede a análise das restantes rúbricas e operações das empresas.

Gráfico 4.8 - Análise da Pergunta 8 - Processo de análise da informação

Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?



Os colaboradores da Instituição Financeira B e C (40%) referem que as informações que são analisadas em primeiro lugar são as Dívidas à Segurança Social e às Finanças. No caso do Respondente da Instituição Financeira E, a informação que é analisada inicialmente é o Resultado Líquido e o Capital Próprio da empresa, sendo que caso estes valores sejam negativos, o banco não procede à análise das restantes operações da empresa. O colaborador da Instituição Financeira A referiu que não existe nenhuma ordem de análise de informação, que toda a informação é analisada de forma conjunta. Por fim, o colaborador da Instituição Financeira D não apresentou uma resposta concreta e relevante para esta questão.

4.7.9 Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento?

Para o colaborador da Instituição Financeira A, caso não sejam apresentadas, as informações que levam, de forma instantânea, os bancos a tomar a decisão de não financiar uma entidade são a IES, o Balanço e o Balancete. É importante referir que, apesar da Carta de Apresentação ser relevante, a não apresentação da mesma não decide, por si só, a não concessão de um financiamento.

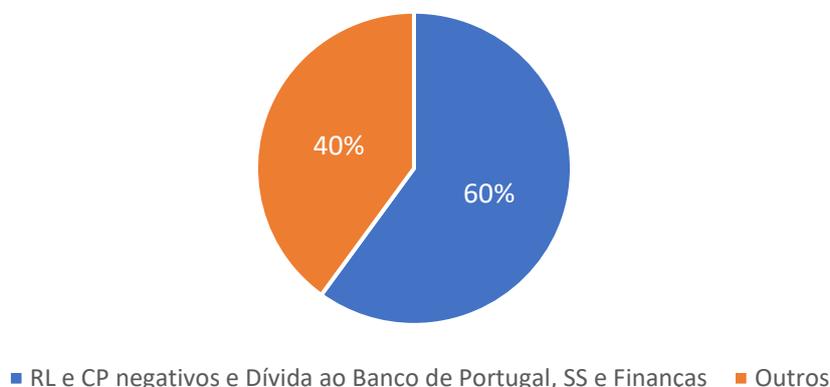
No caso do colaborador da Instituição Financeira B, as informações são a não dívida à Segurança Social, às Finanças e ao Estado, os Capitais Próprios positivos e a Rentabilidade da empresa ser positiva. O banco apenas analisa o resto da informação caso estas informações referidas anteriormente se verificarem.

Tal como foi referido anteriormente, as duas informações consideradas como críticas para o colaborador da Instituição Financeira C, são a apresentação de não dívida ao Banco de Portugal, às Finanças e à SS.

O colaborador da Instituição Financeira D mostrou-se um pouco conservador relativamente a esta pergunta, sendo que apenas referiu que existe um *checklist* de informação mínimo que caso as empresas não apresentem, o processo de crédito não segue o seu decurso normal, não querendo aprofundar que tipo de informações são essas e o porquê. No entanto, foi referido, de uma forma genérica, que as Demonstrações Financeiras Consolidadas dos últimos anos e as Projeções Futuras são informações fundamentais/determinantes para o banco.

Para o colaborador da Instituição Financeira E existem dois tipos de informações que caso não se verifiquem o banco nem sequer analisa o resto das operações das empresas. Essas informações são os Resultados Líquidos negativos consecutivos ao longo de três anos e os Capitais Próprios Negativos.

Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento?



Relativamente às informações financeiras consideradas como críticas para o banco e que decidem, por si só, a concessão ou não de financiamento a uma empresa, 60% dos bancos considera que essas informações são os Resultados Líquidos, Capitais Próprios e as Dívidas ao Banco de Portugal, à SS e às Finanças. Os colaboradores da Instituição Financeira A e D não apresentaram respostas aprofundadas, mencionando apenas que caso as empresas não disponibilizem a IES do ano anterior e as Projeções futuras, respetivamente, o banco não irá proceder à concessão do financiamento pretendido.

4.7.10 Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

No caso do colaborador da Instituição Financeira A, por norma, a documentação solicitada é sempre apresentada, ou seja, todas as informações consideradas como relevantes para os bancos são, normalmente, apresentados pelas empresas. No entanto, existe situações em que as empresas se recusam a apresentar a declaração da Segurança Social, pois não efetuam os descontos sociais obrigatórios.

As empresas que procuram financiamento junto da Instituição Financeira B também têm o hábito de apresentar toda a documentação solicitada pelo mesmo. No entanto, é importante referir que acontece situações em que os gerentes das empresas mostram-se reticentes quando o banco lhes pede para avaliar a operação pretendida, ou seja, quando o colaborador da Instituição Financeira B solicita que estes assumam a responsabilidade, em conjunto com a entidade, de efetuar o pagamento do empréstimo caso a entidade não o consiga efetuar.

O colaborador da Instituição Financeira C refere que as empresas costumam sempre apresentar todo o tipo de documentação e informação solicitada.

O colaborador da Instituição Financeira D evidencia que as empresas têm evoluído no bom sentido relativamente ao cumprimento de documentação e informação necessária. Cada vez mais o banco exige mais informação, pois só assim é que se conseguem tomar decisões de financiamento eficientes. No entanto, por vezes, ocorrem situações em que os grupos não revelam determinadas empresas no perímetro do grupo. Com isto, as empresas cada vez mais sentem a obrigação de cumprir todos os requisitos exigidos pelo banco pois, caso contrário, não têm acesso ao crédito.

Atualmente, as empresas que procuram financiamento da Instituição Financeira E costumam cumprir todos os requisitos de relatórios financeiros que são exigidos.

Assim, é possível concluir que as empresas, atualmente, apresentam um maior nível de sensibilidade relativamente à importância e necessidade de apresentarem toda a informação necessária e cumprirem todos os requisitos exigidos pelos bancos de forma a conseguirem a obtenção de financiamento. Com isto, foi possível perceber que, na maior parte dos bancos, as empresas cumprem tudo o que lhes é solicitado, com exceção do colaborador da Instituição Financeira A que, por vezes, depara-se com situações em que as empresas se recusam a proceder à entrega da Declaração de não dívida à Segurança Social.

4.7.11 Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?

Na ótica do colaborador da Instituição Financeira A, o normativo contabilístico em vigor em Portugal encontra-se adequado às necessidades de informação que as partes interessadas apresentam em relação às empresas.

Para o colaborador da Instituição Financeira B, as informações presentes nas DF's são suficientes e adequadas, sendo referido que o normativo contabilístico apresenta bastante informação ao nível das divulgações nas mesmas. No entanto, considera-se que quando se trata de operações mais complexas, ou seja, relativas a grandes empresas e com montantes bastante elevados, existe possivelmente uma maior exigência a este nível. Assim sendo, visto que a maioria das empresas em Portugal são micro e pequenas entidades, a informação referente às divulgações das Demonstrações Financeiras são suficientes.

O colaborador da Instituição Financeira C defende que a informação presente nas Demonstrações Financeiras é suficiente, ou seja, já existe demasiada informação para ser

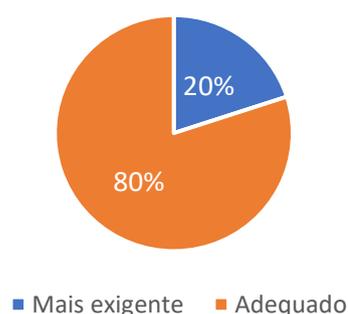
analisada. Para além disso, o normativo interno da Instituição Financeira C também apresenta um nível de exigência bastante elevado.

O colaborador da Instituição Financeira d considera que o SNC é bastante limitado relativamente a esta vertente, apresentando informação bastante desatualizada comparativamente com as normas internacionais. As normas internacionais são muito mais direcionadas para os credores, pois considera-os como principais utilizadores da informação financeira das empresas, sendo muito mais exigentes na informação necessária do que o normativo contabilístico nacional. Outra limitação indicada ao SNC, é que este tem como objetivo futuro a simplificação das normas, o que não se revela uma situação agradável na visão dos bancos, pois quanto mais detalhe e informação apresentar melhor, de forma a que estes consigam tomar decisões o mais eficientes possível.

Na visão do colaborador da Instituição Financeira E, o normativo contabilístico em vigor é adequado, dependendo do tipo de operação em curso. Ou seja, as empresas que procuram financiamento são micro e pequenas entidades, pelo que a informação disponibilizada pelo SNC é suficiente e adequada. No entanto, considera-se que, tratando-se de operações mais complexas, talvez haja a necessidade de mais e melhor informação relativa às divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Gráfico 4.10 - Análise da Pergunta 11 - Nível de exigência do Normativo Contabilístico Português

Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?



Relativamente ao normativo contabilístico português, 80% dos bancos considera que a informação presente nas demonstrações financeiras é suficiente para os bancos conseguirem analisar e tomar uma decisão eficiente de financiamento. No entanto, os colaboradores da Instituição Financeira B e E também realçam que, quando se trata de operações de elevada dimensão, poderá existir a necessidade de mais e melhor informação que facilite os utilizadores externos a tomarem decisões mais seguras e eficientes. O colaborador da Instituição Financeira

D considera que o normativo contabilístico português é bastante limitado e que não se encontra direccionado para os credores.

4.7.12 As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

De acordo com o colaborador da Instituição Financeira A, as empresas regularmente procedem ao não cumprimento do normativo contabilístico. As situações mais recorrentes são o não pagamento aos fornecedores, sendo que tentem aumentar o PMP de forma a conseguirem pagar mais tarde, a não liquidação do IVA e também o não pagamento das dívidas às Finanças.

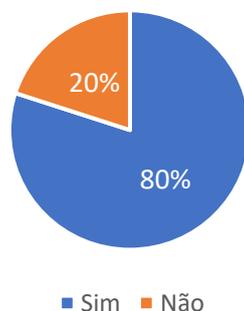
O colaborador da Instituição Financeira B refere que as empresas costumam cumprir todo o tipo de informação exigido pelo normativo contabilístico, ou seja, o banco não tem problemas relativamente a este assunto.

De acordo com o colaborador da Instituição Financeira C, os Contabilistas Certificados das empresas, normalmente, cumprem todas as regras relativamente à informação divulgada nas Demonstrações Financeiras e os Balancetes. O que acontece, por vezes, é o facto de estes não apresentarem, em junho, a IES da empresa do ano anterior. No entanto, quando isso acontece o banco não analisa as operações das empresas até a entrega da IES não ocorrer.

Na visão do colaborador da Instituição Financeira C, as empresas portuguesas têm vindo a melhorar progressivamente relativamente ao cumprimento das normas ao longo dos anos. Isto acontece devido ao facto de o banco ter aumentado a sua exigência a este nível, obrigando as empresas a cumprirem todos os requisitos caso pretendam obter um financiamento junto deste banco.

Relativamente à visão do colaborador da Instituição Financeira E, antigamente, os clientes apresentavam bastante resistência relativamente à informação presente nas DF's. No entanto, nos dias de hoje, as empresas estão cada vez mais sensibilizadas da sua importância, cumprindo tudo o que é necessário e solicitado pelo SNC.

As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?



A maior parte dos bancos portugueses entrevistados (80%) considera que, nos dias de hoje, as empresas portuguesas têm vindo a melhorar progressivamente relativamente ao cumprimento das normas ao longo dos anos, pois o nível de exigência é cada vez maior, obrigando as empresas a cumprirem todas os requisitos caso pretendam obter um financiamento junto dos bancos. No entanto, apesar de também considerarem que as empresas têm vindo a melhorar neste aspeto, o colaborador da Instituição Financeira A assiste a situações em que empresas não cumprem prazos médios de pagamento, não liquidam o IVA e também não efetuam o pagamento das dívidas a fornecedores.

4.8 Conclusões dos Resultados Analisados

Após todas as entrevistas feitas aos bancos portugueses, é possível chegar à conclusão que, atualmente, as empresas portuguesas cumprem todas as necessidades de informação apresentadas pelos bancos, não sendo a não apresentação dos relatórios/informações financeiras que leva os bancos a tomar a decisão de não concessão de financiamento às mesmas. Assim sendo, a principal razão pela qual as empresas não conseguem obter financiamento assenta no conteúdo presente nos relatórios e o tipo de informação que partilham, sendo que esta deve ser, para a maior parte dos bancos, elaborada de forma específica e pormenorizada para se conseguir analisar todas as vertentes e operações das empresas.

Com isto, quando se trata da operações mais simples e de reduzida dimensão, que envolvem micro e pequenas entidades, a informação/relatórios que são fundamentais apresentar são bastante mais reduzidos, devendo ser apresentados de forma simplificada. Relativamente a operações de grande dimensão, que envolvem médias e grandes empresas, o nível de exigência é bastante superior, sendo necessário divulgar aos bancos outro tipo de relatórios que permitem

elaborar análise mais profundas e intensas às empresas, como é o caso do Relatório de Gestão, Certificação Legal de Contas, e Informação Previsional/Projeções Futuras. Assim sendo, quando se trata de operações de menor dimensão, os relatórios base que têm de ser entregues são a Informação Empresarial Simplificada (IES), o Balancete atualizado e a Declaração de não dívida à Segurança Social e às Finanças.

5. Conclusão e Limitações

A utilidade/relevância da informação financeira é um tema fundamental para as empresas, pois esta é a principal fonte de estudo e análise por parte das diferentes partes interessadas nas empresas. Com isto, é fundamental que estas tenham conhecimento sobre que tipo de informação é considerada relevante para os diferentes *stakeholders*, mais especificamente para os investidores e credores, de forma a que as empresas consigam divulgar informação útil nos relatórios financeiros que divulgam.

Segundo a estrutura conceptual dos IASB, os relatórios financeiros das empresas têm como principal objetivo fornecer informações financeiras de relato sobre a entidade, que sejam relevantes para a tomada de decisão por parte dos investidores (existentes e potenciais) e credores, sendo que esta dissertação teve como objetivo dar a conhecer as práticas de vários bancos relativamente à análise que estes efetuam quando procedem à avaliação de um projeto de investimento de uma determinada empresa.

A literatura relativa a este tema, apesar de apresentar informação bastante relevante sobre a utilidade/relevância dos relatórios financeiros para os credores, não apresenta informação clara e concreta sobre o tipo de informação os credores procuram encontrar quando procedem à análise e avaliação dos relatórios entregues pelas empresas. Assim sendo, o principal objetivo desta dissertação foi tentar perceber que tipo de informação é fundamental apresentar e quais eram, efetivamente, os relatórios financeiros que era essencial entregar caso pretendam obter financiamento dos credores, mais especificamente, os bancos.

Ao longo da recolha de informação juntos dos bancos portugueses, nomeadamente a Instituição Financeira A, a Instituição Financeira B, a Instituição Financeira C, a Instituição Financeira D e a Instituição Financeira E, foi possível retirar diversas conclusões relativas ao tipo de informação financeira e não financeira que os bancos procuram encontrar nos relatórios financeiros das empresas. Em primeiro lugar, foi possível perceber que, apesar de todas as demonstrações serem consideradas relevantes, o Balanço é a DF que apresenta uma maior quantidade de informação relevante, sendo o Resultado Líquido e as Dívidas à Segurança Social e às Finanças duas das maiores rúbricas.

De seguida, foi possível perceber que os bancos procuram informação a vários níveis, sendo que a apresentação de informação não financeira é fundamental para os bancos conseguirem analisar e envolver ligada à empresa, ou seja, informações relativas ao aspeto Social, de *Governance* e Ambiental/Sustentável das empresas é imprescindível para as empresas conseguirem tomar decisões eficientes de financiamento. Também se chegou à conclusão de

que informação pormenorizada é sempre um aspeto a ter em conta pelas empresas, pois permite aos bancos analisar de forma profunda as operações em que a empresa está envolvida.

Para além disso, também foi possível perceber que existe um conjunto de informações que determina, *à priori*, se as empresas conseguem a obtenção de financiamento por parte dos bancos, sendo essas informações os Resultados Líquidos, Capitais Próprios e as Dívidas ao Banco de Portugal, à SS e às Finanças. Caso estes requisitos não se cumprem, ou seja, a empresa apresente valores de Resultado Líquido e Capital Próprio negativos e Dívidas nas mais diversas vertentes, os bancos não procedem à análise da restante informação das empresas.

As entrevistas também permitiram perceber que outros relatórios são fundamentais apresentar, sendo eles a IES, o Balancete, a Declaração de não dívida à Segurança Social e às Finanças, o Relatório de Gestão, a Certificação Legal de Contas, Certidão Permanente, Carta de Apresentação, Informação Previsonal e a Sustentabilidade. É importante referir que estes relatórios, por vezes, só se revelam de extrema relevância quando se trata de operações de grande dimensão, onde é fundamental analisar, com o maior detalhe possível, tudo o que diz respeito à empresa em questão.

Por fim, esta dissertação também evidencia a opinião dos diversos colaboradores dos bancos, evidenciando, por um lado, que o normativo contabilístico português é bastante limitado relativamente à exigência de informação financeira que tem de ser divulgada nas demonstrações financeiras, considerando-se que esta informação não se encontra direcionada para os credores/investidores. Por outro lado, também referem que as empresas, atualmente, têm melhorado bastante relativamente ao cumprimento dos requisitos exigidos pelo normativo contabilístico em Portugal.

Foram encontradas algumas limitações ao estudo, nomeadamente no que diz respeito às entrevistas elaboradas aos bancos portugueses. Sendo este um estudo que pretende obter informação a partir de entrevistas, fica-se sempre dependente da disponibilidade que as empresas apresentam. Assim sendo, não foi possível elaborar, por questões de disponibilidade, entrevistas ao banco Santander e ao banco CTT. Para além disso, também não foi possível obter informação junto do Novo Banco por questões de confidencialidade. Para além disso, houve situações em que os bancos não divulgaram informação de forma clara e concreta, o que leva a que, relativamente a esse banco, os resultados obtidos não sejam tão esclarecedores como era pretendido.

6. Bibliografia

- Aboody, D., Hughes, J., & Liu, J. (2002). Measuring Value Relevance in a (Possibly) Inefficient Market. *Journal of Accounting Research*, 40(4), 965-986. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.00078>
- Attia, M. B. R., Lassoued, N., & Sassi, H. (2019). Financial reporting timeliness and the value relevance of earnings: Evidence from banks in the MENA countries. *The International Trade Journal*, 33(3), 277-301. <https://doi.org/10.1080/08853908.2018.1459212>.
- Barnham, C. (2015). Quantitative and qualitative research. *International Journal of Market Research*, 57(6), 837-854.
- Bean, I., & Irvine, H. (2015). Derivatives disclosure in corporate annual reports: Bank analysts' perceptions of usefulness. *Accounting and Business Research*, 45(5), 602-619. <https://doi.org/10.1080/00014788.2015.1059312>.
- Biddle, G. C., Hilary, G., & Verdi, R. S. (2009). How does financial reporting quality relate to investment efficiency?. *Journal of Accounting and Economics*, 48(2), 112-131. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.09.001>
- Biddle, G., & Hillary, G. (2006). Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment. *The Accounting Review*, 81(5), 963-982. <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.963>
- Bigus, J., & Hillebrand, C. (2017). Bank relationships and private firms' financial reporting quality. *European Accounting Review*, 26(2), 379-409. <https://dx.doi.org/10.1080/09638180.2016.1152906>.
- Cai, L., Ehalaiye, D., Laswad, F., Redmayne, N. B., & Stent, W. (2020). Are Financial Reports Useful? The Views of New Zealand Public Versus Private Users. *Australian Accounting Review*, 30(1), 52-64. <https://doi.org/10.1111/auar.12254>
- Cai, L., Laswad, F., Redmayne, N. B., & Stent, W. (2016). Information Needs of Users of New Zealand Capital Markets Entity Reports. *External Reporting Abroad*.
- CRN – Contabilidade. (2021). Balancetes. <https://www.crncontabilidade.pt/servicos/balancetes>
- Davern, M., Gyles, N., Hanlon, D., & Pinnuck, M. (2019). Is financial reporting still useful? Australian evidence. *A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*, 55(1), 237-272. <https://doi.org/10.1111/abac.12152>.
- Dowling, R., Lloyd, K., & Suchet-Pearson, S. (2016). Qualitative Methods 1: Enriching the interview. *Progress un Human Geography*, 40(5), 679-686. <https://doi.org/10.1177/0309132515596880>

- Ekonomista. (2021). Informação Simplificada Empresarial (IES). <https://www.ekonomista.pt/ies-o-que-saber/>
- Exame.. (2021) Tolerância ao Risco de Investimento. <https://invest.exame.com/guia/qual-e-a-minha-tolerancia-ao-risco-de-investimento>
- Gencia, A., Sandu, A., Puscas, A., & Mates, D. (2016). AN INTERNATIONAL PERSPECTIVE UPON THE IMPACT OF FINANCIAL STATEMENT FORM ON THE BUSINESS DECISION MAKING PROCESS. *Agricultural Management / Lucrari Stiintifice Seria I*, 18(1), 109-116.
- Henderson, E. (2019). Users` perceptions of usefulness and relevance of financial statement note disclosures and information overload. *International Journal of Business, Accounting, and Finance*, 13(1), 41-56.
- Instituição Financeira A. (2021). Site Institucional da Instituição Financeira A
- Instituição Financeira B. (2021). Site Institucional da Instituição Financeira B
- Instituição Financeira C. (2021). Site Institucional da Instituição Financeira C
- Instituição Financeira D. (2021). Site Institucional da Instituição Financeira D
- Instituição Financeira E. (2021). Site Institucional da Instituição Financeira E
- Instituto dos Registos e do Notariado. (2021). Certidões Permanentes. https://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registo-comercial/docs-comercial/certidoes-permanentes/#1
- IFRS. (2021). Conceptual Framework for Financial Reporting for the International Accounting Standards Board (IASB)
. <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/>
- Izi, R., Garkaz, M., Saeidi, P., & Matoofi, A. (2020). Reporting Quality of Financial Information Based on Behavioural and Value Accounting. *Advances in Mathematical Finance and Applications*. 5(1), 95-111.
<https://doi.org/10.22034/amfa.2019.582810.1164>
- Lawrence, A. (2013). Individual investors and financial disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 56, 130-147. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.05.001>
- Lungu, G. M., & Baluna, R. (2021). The Importance of Financial Communication in the Investment Decision. *Ovidius University Annals: Economic Sciences Series*, 21(1), 336-340.
- Mais Retorno. (2021). Risco Moral. <https://maisretorno.com/portal/termos/r/risco-moral>

- Nguyen, L., Gallery, G., & Newton, C. (2019). The joint influence of financial risk perception and risk tolerance on individual investment decision-making. *Accounting and Finance*, 59, 747-771. <https://doi.org/10.1111/acfi.12295>
- Pawlowski, J. (2018). The Usefulness of financial reporting for financial instruments in the decision-making processes of individual investors. *Copernican Journal of Finance & Accounting*, 7(4), 99-113. <https://doi.org/10.12775/CJFA.2018.023>
- Rad, S. S. E., Embong, Z., Saleh, N. M., & Jaffar, R. (2016). FINANCIAL INFORMATION QUALITY AND INVESTMENT EFFICIENCY: EVIDENCE FROM MALAYSIA. *Asian Academy of Management Journal of Accounting & Finance*, 12(1), 129-151
- Roychowdhury, S., Shroff, N., & Verdi, R. S. (2019). The effects of financial reporting and disclosure on corporate investment: A review. *Journal of Accounting and Economics*, 68(6). <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2019.101246>
- Trpeska, M., Atanasovski, A., & Lazarevska, Z. B. (2017). The relevance of financial information and contents of the new audit report for lending decisions of commercial banks. *Accounting and Management Information Systems*, 16(4), 455-471. <http://dx.doi.org/10.24818/jamis.2017.04002>.
- Virlics, A. (2013). Investment decision making and risk. *Procedia Economics and Finance*, 6, 169-177. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(13\)00129-9](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(13)00129-9).
- Westin, O., & Roberts, H. (2010). Interventionist research – the puberty years: an introduction to the special issue. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 7(1), 5-12. <http://dx.doi.org/10.1108/11766091011034253>

7. Anexos

Anexo 1: Entrevista à a Instituição Financeira A

Data: 10/11/2021

Entrevistado: Respondente 1 – Gestor de Clientes

1. Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?

A demonstração financeira mais relevante de apresentar para a concessão de um financiamento às empresas em Portugal é o Balanço. Para além do Balanço, todas as restantes demonstrações financeiras apresentam utilidade. No entanto, existe o caso dos Anexos que é aquele que apresenta uma menor relevância.

2. Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

As informações mais relevantes são o Resultado Líquido, que é onde se consegue obter a informação sobre se a empresa está a ter lucro ou prejuízo, o valor das compras, as dívidas a fornecedores e de empréstimos obtidos passados e, por último, informação sobre o capital social da empresa, de forma a verificar se a empresas tem capital suficiente ou se recorre, diversas vezes, aos seus sócios para injetar capital na entidade.

3. Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?

Todas as informações são relevantes, no entanto todo o tipo de informação que não diga respeito às rúbricas indicadas na pergunta anterior não têm tanta relevância.

4. A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?

Toda a informação deve ser organizada de forma clara e o mais simplificada possível, de forma a que seja apelativa a leitura, o que não acontece quando a informação é demasiado

extensa e pormenorizada. As informações relativas às rúbricas referidas anteriormente devem ser apresentadas com um pouco mais de detalhe.

5. As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Os Anexos são uma DF que não apresenta grande relevância, pois não adiciona nada de mais que o Balanço já não apresente, pois são apenas uma descrição mais detalhada e discriminada das rúbricas apresentadas pelo Balanço.

6. Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?

Para além do Balanço, é exigida a apresentação de outros documentos, como a Carta de Apresentação, o Balancete e a Informação Empresarial Simplificada (IES).

7. As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?

A informação não financeira não é relevante comparativamente à informação indicada anteriormente.

8. Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?

Não existe nenhuma ordem de análise dos documentos solicitados, todos os documentos são analisados de forma conjunta.

9. Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento, seja por estarem mal elaboradas ou por não terem sido elaboradas de todo?

As informações que levam, de forma instantânea, os bancos a tomar a decisão de não financiar uma entidade são a IES, o Balanço e o Balancete. Apesar da Carta de Apresentação

ser relevante, a não apresentação da mesma não decide, por si só, a não concessão de um financiamento.

10. Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

A documentação solicitada é sempre apresentada. No entanto, existe situações em que as empresas se recusam a apresentar a declaração da Segurança Social, pois não efetuam os descontos sociais obrigatórios.

11. Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?

O normativo contabilístico em vigor em Portugal encontra-se adequado às necessidades de informação que as partes interessadas apresentam em relação às empresas.

12. As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

As empresas regularmente procedem ao não cumprimento do normativo contabilístico. As situações mais recorrentes são o não pagamento aos fornecedores, sendo que tentam aumentar o PMP de forma a conseguirem pagar mais tarde, a não liquidação do IVA e também o não pagamento das dívidas às Finanças.

Anexo 2: Entrevista à Instituição Financeira B

Data: 13/11/2021

Entrevistado: Respondente 2 – Diretor de Sucursal

1. Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?

Caso o pedido de financiamento seja efetuado nos primeiros seis meses do ano, pois ainda não foi elaborado a IES da empresa relativa ao ano anterior, a demonstração financeira que apresenta a maior relevância é o Balanço, seguido da Demonstração dos Resultados. Relativamente às restantes DF's, quando se trata de micro e pequenas entidades, por norma, não são relevantes, contudo quando se trata de médias e grandes empresas, a apresentação da Demonstração das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os Anexos é fundamental para os bancos.

2. Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

As rubricas mais importantes são os Ativos, Produção da empresa, o Resultado Líquido, as dívidas a terceiros e ao Estado, sendo que este último é o mais importante de todos, pois o Estado prevalece sobre tudo o resto, sendo que existe a possibilidade de, caso a entidade apresente dívidas, este pode enviar penhoras que fazem com que os bancos não consigam reaver o dinheiro investido de volta. É também importante referir que caso a empresa apresente Capitais próprios negativos, esta está em falência técnica. Também se analisa se Vendas das empresas estão concentradas em poucos clientes pois, caso estejam, pode ser negativo para as mesmas.

3. Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?

Todas as informações são relevantes, no entanto todo o tipo de informação que não diga respeito às rubricas indicadas na pergunta anterior não têm tanta relevância

4. A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?

Todos os dados apresentados pela empresa devem ser simplificados quando se trata de micro e pequenas entidades. Quando se trata de médias e grandes empresas, pois os valores do financiamento são bastante elevados, o banco exige informação com o maior pormenor e detalhe possível.

5. As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Os Anexos são uma demonstração financeira relevante, pois informação contabilística nunca é demais. No entanto, quando se trata de operações mais simples não é tao relevante do que quando se trata de operações mais complexas, de maior montante.

6. Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?

Exige-se a apresentação da IES do ano anterior, pois este apresenta toda a informação relevante para os bancos, ou seja, é um resumo contabilístico das empresas. Para além disso, caso se trate de um pedido de financiamento efetuado nos primeiros seis meses do ano, como a IES apenas está pronta a ser entregue em maio ou junho, o banco exige a apresentação de um Balancete atualizado. Para o colaborador da a Instituição Financeira B, caso o montante pretendido seja superior a 50.000€, também exige a apresentação da declaração de não dívida às Finanças e à Segurança Social.

7. As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?

Quando se trata de operações mais simples e de menor volume, as informações não financeiras não são muito relevantes. Quando se trata de operações mais complexas, é fundamental para os bancos conhecer toda a envolvente das empresas e todos os pormenores relacionados com o negócio das mesmas.

8. Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?

A informação é toda analisada de forma conjunta, mas existem duas informações que são analisadas em primeiro lugar. Essas informações são as dívidas à Segurança Social, ao Estado e às Finanças e os Capitais Próprios negativos (presentes na IES).

9. Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento, seja por estarem mal elaboradas ou por não terem sido elaboradas de todo?

As informações são a não dívida à Segurança Social, às Finanças e ao Estado, os Capitais Próprios positivos e a Rentabilidade da empresa ser positiva.

10. Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

As empresas costumam apresentar toda a documentação solicitada. No entanto, é acontece situações em que os gerentes das empresas mostram-se reticentes quando o banco lhes pede para avaliar a operação pretendida, ou seja, quando se solicita que estes assumam a responsabilidade, em conjunto com a entidade, de efetuar o pagamento do empréstimo caso a entidade não o consiga efetuar.

11. Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?

As informações presentes nas DF's são suficientes e adequadas, o normativo contabilístico apresenta bastante informação ao nível das divulgações nas mesmas. Quando se trata de operações mais complexas, existe possivelmente uma maior exigência a este nível.

12. As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

As empresas costumam cumprir todo o tipo de informação exigido pelo normativo contabilístico, ou seja, o banco não tem problemas relativamente a este assunto.

Anexo 3: Entrevista à Instituição Financeira C

Data: 16/11/2021

Entrevistado: Respondente 3 – Subgerente de Sucursal

1. Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?

De forma a complementar a informação presente na IES, que é bastante genérica, as demonstrações financeiras mais relevantes são o Balanço e a DR. Todas as restante DF`s são também relevantes para o banco conseguir efetuar uma análise mais detalhada da empresa, caso seja necessário.

2. Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

Todo o tipo de informação presente nas DF`s e IES é relevante, sendo que, consoante os dados presentes nas mesmas, é atribuído um ranking às empresas numa escala de 1 a 16, sendo:

- 1 a 5 – as empresas apresentam-se numa situação favorável;
- a 11 – as empresas apresentam-se numa situação mediana, sendo que é neste intervalo que se situam a maior parte das empresas portuguesas;
- 11 a 16 – as empresas apresentam uma situação complicado, estando quase em falência técnica.

Com isto, consoante o ranking atribuído, as taxas aplicáveis a cada financiamento alteram, ou seja, quanto melhor for o ranking atribuído a uma empresa, mais baixa é a taxa aplicada. Isto acontece como forma de recompensar as empresas por apresentarem uma boa rentabilidade. Também é analisado os Suprimentos das empresas, pois é assim que o banco consegue perceber se os sócios-gerentes, caso a empresa não consiga amortizar o montante total do empréstimo, conseguem fazer face às responsabilidades da empresa.

3. Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?

Todas as informações são relevantes, pois é através da análise de todas as vertentes da empresa que o banco consegue atribuir um ranking que esteja de acordo com a situação em que a empresa se encontra naquele momento.

4. A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada

A IES é um relatório contabilístico que é muito vago, sendo necessário a apresentação de um Balancete atualizado e o Balanço e a DR do último trimestre como documentação suplementar.

5. As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Visto que a IES já apresenta alguns anexos considerados relevantes para o banco, a apresentação dos Anexos não é de grande relevância para a maioria das operações em Portugal. No entanto, quando se trata de empresas de grande dimensão já é fundamental apresentar essa DF de forma a que o banco consiga analisar de forma profunda toda a informação possível.

6. Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?

É necessário apresentar a IES do último ano (a IES do próprio ano diz respeito à informação do ano anterior), o Balancete atualizado (do trimestre anterior) desdobrado a três níveis, de forma a que se consiga fazer uma análise mais completa, e a Declaração de não Dívida às Finanças e à Segurança Social. É também importante referir que, caso se trate de um novo cliente, por um lado, é necessário apresentar a IES dos últimos três anos, de forma a que o banco consiga analisar a faturação da empresa ao longo desses anos e, por outro lado, também é solicitado que as empresas entreguem um *Business Plan*, como forma de apresentação. Para

além disso, também pode ser solicitado o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e recibos de vencimento dos sócios-gerentes das empresas.

7. As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?

A IES já apresenta todo o tipo de informação financeira e não financeira considerada relevante para os bancos.

8. Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?

Em primeiro lugar, é analisado se o cliente tem dívidas para com o Banco de Portugal. De seguida, a declaração de não dívida às Finanças e SS, onde é analisado se o cliente tem um plano de pagamentos em atraso. Os bancos só analisam as operações das empresas quando estas apresentarem o seu plano de pagamentos em dia.

9. Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento, seja por estarem mal elaboradas ou por não terem sido elaboradas de todo?

Tal como foi referido anteriormente, as duas informações consideradas como críticas são a apresentação de não dívida ao Banco de Portugal, às Finanças e à SS.

10. Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

As empresas costumam sempre apresentar todo o tipo de documentação e informação solicitada.

11. Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?

A informação é suficiente, ou seja, já existe demasiada informação para ser analisada. Para além disso, o normativo interno da Instituição Financeira C também apresenta um nível de exigência bastante elevado.

12. As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

Os Contabilistas Certificados das empresas, normalmente, cumprem todas as regras relativamente à informação divulgada nas Demonstrações Financeiras e os Balancetes. O que acontece, por vezes, é o facto de estes não apresentarem, em junho, a IES da empresa do ano anterior. Quando isso acontece o banco não analisa as operações das empresas até a entrega da IES não ocorrer.

Anexo 4: Entrevista à Instituição Financeira D

Data: 20/11/2021

Entrevistado: Respondente 4 – Diretor de Risco de Crédito

1. Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?

A apresentação de Demonstrações Financeiras Consolidadas é fundamental para o banco conseguir perceber o funcionamento do grupo a nível económico, jurídico, entre outros. As DF's individuais de cada empresa também são solicitadas, sendo as mais relevantes o Balanço, pois indica a situação patrimonial da empresa, e a DR, pois é a partir daí que o banco analisa a capacidade que a empresa tem de gerar *cash*. Para além disso, a Demonstração dos Fluxos de Caixa também é fundamental para se conseguir ter uma análise completa dos valores presentes nas DR, ou seja, a DFC surge como forma de complementar a informação relativa ao EBITDA presente na DR. Não existe nenhuma DF que não seja relevante, pois até os Anexos contém informação bastante relevante para os credores.

2. Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

É analisado todo o perímetro do grupo, ou seja, todas as empresas que estão presentes e o porquê de determinadas empresas já não fazerem parte do mesmo. No que diz respeito às DF's individuais, no Balanço, as rúbricas mais importantes são os ativos e a dívida nas diferentes vertentes, ao Estado e à SS, que cada empresa apresenta, tendo em maior atenção as dívidas da empresa-mãe. Na DR, a principal informação que o banco procura obter é o valor do EBITDA, ou seja, todos os lucros da empresa antes de deduzidos os juros, impostos, depreciações e amortizações. No entanto, visto que este valor não tem em conta valores como impostos, o investimento em CAPEX, as variações de fundo e maneiio de amortizações/depreciações, esta não se revela a melhor forma de analisar o *cash* das empresas, sendo que é necessário proceder à análise dos fluxos de caixa das atividades operacionais presente na DFC com o objetivo de se conseguir perceber qual o verdadeiro *cash* da empresa.

3. Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?

Toda a informação que é solicitada pelo banco é analisado, pois é importante analisar todo o tipo de informação para se conseguir tomar uma decisão de financiamento o mais eficiente possível.

4. A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?

A simplificação da informação dificulta a tomada de decisão por parte dos credores. As normas deveriam apresentar diferentes níveis de exigência consoante a materialidade das rúbricas, ou seja, as rúbricas mais relevantes deveriam apresentar o maior detalhe possível e as que apresentam uma menor materialidade deveriam ser mais simplificadas e genéricas.

5. As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Os Anexos são uma DF bastante importante, pois apresenta informação fundamental para os credores conseguirem tomar uma decisão eficiente sobre a concessão de crédito às empresas.

6. Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?

É obrigatório apresentar a Certificação Legal de Contas (CLC). Também é importante apresentar o Relatório de Gestão, pois este apresenta informações sobre os aspetos mais qualitativos da empresa, como o negócio, a estratégia, perspectivas futuras, entre outros.

Também é uma mais valia as empresas apresentarem Informação Previsional, sendo que, para o banco conseguir tomar decisões eficientes, é fundamental as empresas apresentarem um *Business Plan* e projeções da evolução das principais rúbricas das empresas. Outro assunto que é bastante relevante é a Sustentabilidade, sendo que cada vez mais o banco tem o cuidado de apenas incentivar o apoio a atividades sustentáveis.

7. As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?

A informação não financeira é igualmente relevante, sendo a questão da Sustentabilidade um bom exemplo da importância que este banco atribui a este tipo de informação.

8. Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?

Não foi obtida uma resposta concreta e relevante para esta questão.

9. Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento, seja por estarem mal elaboradas ou por não terem sido elaboradas de todo?

Existe um *checklist* de informação mínimo que caso as empresas não apresentem, o processo de crédito não segue o seu decurso normal. As Demonstrações Financeiras Consolidadas dos últimos anos e as Projeções Futuras são informações fundamentais/determinantes para o banco.

10. Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

As empresas têm evoluído no bom sentido relativamente ao cumprimento de documentação e informação necessária. No entanto, por vezes, ocorrem situações em que os grupos não revelam determinadas empresas no perímetro do grupo.

11. Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?

O SNC é bastante limitado relativamente a esta vertente, apresentando informação bastante desatualizada comparativamente com as normas internacionais. As normas internacionais são muito mais direcionadas para os credores, pois considera-os como principais utilizadores da informação financeira das empresas, sendo muito mais exigentes na informação necessária do que o normativo contabilístico nacional. Outra limitação do SNC é que este tem como objetivo futuro a simplificação das normas, o que não se revela uma situação agradável na visão dos bancos, pois quanto mais detalhe e informação apresentar melhor.

12. As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

As empresas portuguesas têm vindo a melhorar progressivamente relativamente ao cumprimento das normas ao longo dos anos. Isto acontece devido ao facto de o banco ter aumentado a sua exigência a este nível, obrigando as empresas a cumprirem todos os requisitos caso pretendam obter um financiamento junto deste banco.

Anexo 5: Entrevista à Instituição Financeira E

Data: 22/11/2021

Entrevistado: Respondente 5 – Diretor de Agência

1. Quais as Demonstrações Financeiras mais relevantes? E as menos?

A apresentação da IES funciona como um resumo de todas as operações relevantes que seriam apresentadas nas DF's. Todas as demonstrações financeiras são igualmente relevantes, com exceção dos Anexos, pois este banco apenas analisa situações de financiamento de micro e pequenas entidades, não analisando operações muito complexas, pelo que os Anexos não são tão relevantes para este tipo de operações.

2. Que tipo de informação é mais relevante nas Demonstrações Financeiras?

Toda a informação é analisada, sendo as rubricas principais o Resultado Líquido, o Volume de Negócios, o valor dos Capitais Próprios, a Dívida à SS e ao Estado e o valor dos Empréstimos Obtidos à banca. O número de clientes que as empresas apresentam também é analisado.

3. Que tipo de informação não é tão relevante nas Demonstrações Financeiras?

Toda a informação que é solicitada pelo banco é analisado, pois é importante analisar todo o tipo de informação para se conseguir tomar uma decisão de financiamento o mais eficiente possível.

4. A informação financeira deve ser preparada de forma genérica ou de forma mais específica e pormenorizada?

As informações financeiras devem ter o maior detalhe possível, para se conseguir apurar e analisar todas as operações das empresas. O banco é bastante exigente e rigoroso neste aspeto.

5. As Notas/Anexos têm um papel importante ou são apenas informações não relevantes?

Visto que este banco não analisa operações de grande dimensão e que envolvam médias e grandes empresas, os Anexos não são tão relevantes como as restantes demonstrações financeiras. Assim sendo, neste caso, a informação presente na IES é suficiente, não sendo necessário e relevante a informação presente nos Anexos.

6. Que outro tipo de relatórios/documentos ou informações, para além das Demonstrações Financeiras, devem ser apresentados aos bancos?

É necessário apresentar a IES relativa à atividade dos últimos 3 anos, de forma a conseguir analisar a evolução das diferentes rúbricas das empresas ao longo dos anos. É também exigido o Balancete Analítico de dezembro do ano anterior e o mais atualizado à data do pedido de financiamento. A Certidão de não dívida à SS e às Finanças também é exigido.

Também é necessário apresentar Certidão Permanente das empresas e, quando se trata de operações de elevada dimensão, ou seja, operações que envolvem médias e grandes empresas, com volumes de negócio superiores a 2 M€, os bancos são muito mais exigentes, exigindo a apresentação do relatório de Gestão das empresas e da Certificação Legal de Contas.

7. As informações não financeiras também são consideradas como relevantes?

A divulgação de informação não financeira, denominada de informação comercial, é muito relevante, pois tomar conhecimento de informações sobre o meio envolvente da empresa, possíveis conflitos entre sócios e comportamentos históricos com a banca é fundamental para os bancos conseguirem tomar decisões sobre a concessão de financiamento.

8. Qual é o processo de análise da informação por parte dos bancos?

Em primeiro lugar são analisadas as informações relativas ao Resultado Líquido e os Capitais Próprios sendo que, caso estes sejam negativos, não se procede a análise das restantes rubricas e operações das empresas.

9. Existem informações financeiras que sejam críticas/determinantes na concessão (ou não) de um financiamento, seja por estarem mal elaboradas ou por não terem sido elaboradas de todo?

Existem dois tipos de informações, os Resultados Líquidos negativos consecutivos ao longo de três anos e os Capitais Próprios Negativos.

10. Que informações adicionais são consideradas relevantes para as empresas também apresentarem, mas que não o costumam fazer?

Atualmente, as empresas que procuram financiamento junto da Instituição Financeira E costumam cumprir todos os requisitos de relatórios financeiros e informações financeiras que são exigidos.

11. Considera que este normativo deveria ser mais exigente, ou é adequado relativamente à necessidade de informação presente nas Demonstrações Financeiras?

O normativo contabilístico em vigor é adequado, dependendo do tipo de operação em curso. Ou seja, as empresas que procuram financiamento são micro e pequenas entidades, pelo que a informação disponibilizada pelo SNC é suficiente e adequada. Quando se trata de operações mais complexas, talvez haja a necessidade de mais e melhor informação.

12. As empresas costumam cumprir este normativo ao nível da divulgação das demonstrações financeiras ou não?

Antigamente, os clientes apresentavam bastante resistência relativamente à informação presente nas DF's. No entanto, nos dias de hoje, as empresas estão cada vez mais sensibilizadas da sua importância, cumprindo tudo o que é necessário e solicitado pelo SNC.

